

Halex Istar
Indústria
Farmacêutica S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Balanços patrimoniais	12
Demonstrações de resultados	13
Demonstrações de resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Demonstrações do valor adicionado	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	18

Relatório da Administração

Prezados acionistas,

A Administração da Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A. submete à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”).

Mensagem da Administração

O ano de 2021 teve início com a expectativa de crescimento do PIB baixo na faixa de 2,3%, tendo encerrado em -4,3%, após sucessivas revisões reduzindo a previsão inicial, de acordo com o relatório Focus publicado pelo BACEN. Apesar do controle da inflação e da taxa de juros (Selic) vários fatores deflagraram incertezas que prejudicaram o ano de 2021, como (i) a crise política dentro do país; (ii) a desaceleração da economia mundial decorrente da pandemia mundial da Covid 19, ocasionando um aumento recorde do dólar, impactando diretamente nas importações; e (iii) o aumento do déficit público de estados e municípios agravando a prestação de serviços básicos à população.

Apesar destes desafios, o Grupo Halex Istar, foi capaz de apresentar geração líquida de caixa de R\$ 71,8 milhões. A Administração agradece a confiança dos acionistas e o comprometimento de todos os seus colaboradores, que permitiram a superação dos desafios e a construção de um resultado consistente em termos de faturamento e rentabilidade.

Breve histórico da Companhia

O Grupo Halex Istar é referência no mercado de medicamentos injetáveis no Brasil, com um portfólio de mais 80 *SKUs*, abrangendo 17 indicações terapêuticas, com posição de liderança em diversas categorias do segmento.

Desde a sua constituição, a Companhia vem investindo na expansão de seus negócios, na modernização de sua produção, na inovação tecnológica e, mais recentemente, em iniciativas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novos produtos com o intuito de oferecer aos seus clientes um portfólio ainda mais amplo de medicamentos e crescer de forma sustentável.

A Companhia oferece uma alta capacidade de distribuição com quatro instalações estrategicamente localizadas em Goiás, Ceará, São Paulo e Rio Grande do Sul, atendendo mais de 2.500 clientes em todo o país.

A Companhia se orgulha por ser uma empresa sólida, inovadora e competitiva há mais de meio século, buscando permanentemente a excelência no fornecimento de produtos de alta qualidade, primando pela ética, pela responsabilidade ambiental e pelo respeito e valorização do capital humano, contribuindo assim para o desenvolvimento social e econômico da comunidade e do país. Há mais de cinco décadas contribuindo para uma vida melhor.

Highlights de 2021

Destacamos abaixo os principais eventos de 2021:

- A companhia recomprou, em março de 2021, todas as suas ações do sócio investidor;
- Emissão de debêntures simples publica não conversíveis em ações, no valor de 200 milhões de reais para quitar a recompra das ações do HIG capital; e
- Incorporação da Cascadura Participações.

Receita bruta

Na comparação do ano de 2021 com o ano de 2020, a receita bruta aumentou em R\$ 110,8 milhões, correspondente a cerca de 33%.

Esse aumento observado em relação a 2020 é substancialmente decorrente de: (i) aumento no volume de vendas de 42% em 2021 se comparado a 2020, sendo 297.004 mil unidades em 2021 para 209.150 mil unidades em 2020; e (ii) Mix de Produtos vendidos com maior participação de solução básica e produtos para saúde no ano de 2021. Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Custos dos produtos vendidos

Ao analisar o custo proporcionalmente ao faturamento, percebe-se um aumento de 48%, tendo como principais fatores responsáveis por esse aumento: (i) aumento do volume de vendas 2021 (ii) o impacto da variação cambial.

Despesas administrativas e gerais

O grupo de despesas administrativas e gerais registrou um aumento de R\$ 2 milhões, devido ao aumento de gastos com assessores no processo de recompra das ações e emissão das debentures.

Outras receitas e despesas operacionais

A variação do grupo de outras receitas e despesas em 2021, quando comparado com 2020, refere-se ao aumento de benefícios fiscais (Fomentar/FDI) em R\$ 5,9 milhões, devido ao aumento do faturamento.

Caixa líquido

Variação negativa do caixa líquido em R\$ 155,9 milhões devido à recompra das ações do HIG, parte paga via e caixa e outra parte via emissão das debêntures:

Caixa líquido (Em milhões de reais)	2021	2020	Δ R\$	Δ %
(1) Dívida bruta circulante	(28,0)	(3,7)	(24,3)	(87)%
(2) Dívida bruta não circulante	(177,5)	(4,5)	(173)	(97)%
(3) = (1) + (2) Dívida bruta total	(205,5)	(8,2)	(197,3)	(96)%
(4) Caixa e equivalentes de caixa	49,6	142,8	(93,2)	(188)%
(3) – (4) Caixa líquido	(155,9)	134,6	(290,5)	(67)%

Investimentos (CAPEX)

No ano de 2021 foram realizados investimentos da ordem de R\$50,1 milhões assim distribuídos:

- R\$ 1,3 milhão a título de desenvolvimento de novos produtos;
- R\$ 34,4 milhões para a expansão e adequações de áreas produtivas da Companhia;
- R\$ 4,0 milhões referente ao projeto recompra;
- R\$ 10,4 milhões referente a outros investimentos.

Informações adicionais

Com o intuito de indicar qual o seu EBITDA, a Companhia está apresentando informações proforma para o seu demonstrativo do resultado do exercício. Ressaltamos que essas informações adicionais não são parte do conjunto de informações anuais auditadas, não sendo escopo de trabalho dos auditores independentes da Companhia.

Demonstrações de resultados (Em milhões de reais)	2021	2020	Δ R\$	Δ %
Receita líquida	383,2	284,9	98,3	(35)%
Custo dos produtos vendidos	(234,0)	(158,5)	(75,5)	48%
Lucro bruto	149,2	126,4	22,80	(18)%
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas comerciais	(33,00)	(23,9)	(9,1)	(38)%
Despesas administrativas e gerais	(62,2)	(60,5)	(1,7)	(3)%
Outras receitas (despesas) operacionais	21,8	12,6	9,2	(73)%

Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	75,8	54,6	21,2	(39%)
Resultado financeiro líquido	(4,1)	(1,3)	(2,8)	(215%)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	71,7	53,3	18,4	(34%)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3,9)	(11,6)	7,7	(66%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10,4	1,8	8,6	(478%)
Lucro da exploração	9,1	5,9	3,2	(54%)
Resultado líquido do exercício	87,3	49,4	37,9	(78%)
(-) Imposto de renda e contribuição social	(15,6)	3,9	(19,5)	474%
(+/-) Resultado financeiro líquido	4,1	1,3	2,8	(215%)
(+) Depreciação e amortização	13,5	21,0	(7,5)	36%
EBITDA	89,3	75,6	13,7	(21%)

Relacionamento com auditores independentes

As demonstrações financeiras do Grupo Halex Istar do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes. Não foram contratados serviços dos auditores que pudessem afetar a independência dos mesmos em relação à Companhia.

Aviso

As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

As declarações contidas neste documento relativas às perspectivas macroeconômicas, dos negócios da Companhia, projeções de resultados operacionais, financeiros, potencial de crescimento e estimativas de mercado constituem meras previsões, sendo baseadas nas crenças, julgamentos de valor e expectativas da Administração em relação ao futuro, sujeitas, obviamente, a mudanças.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2.496 - Quadra B-22, Lote 04-E
Salas A-103 a A-106 - Jardim Goiás
Edifício New Business Style
74810-100 - Goiânia/GO - Brasil
Caixa Postal 25.425 - CEP 74810-970 - Goiânia/GO - Brasil
Telefone +55 (62) 3604-7900
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A.
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de desenvolvimento de novos produtos (projetos)

Veja as Notas 6.11 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia possui registrado, em suas demonstrações financeiras, os montantes de R\$ R\$ 31.841 mil (individual) e 35.349 mil (consolidado) referentes a ativos intangíveis de desenvolvimento de novos produtos e reconheceu, em 31 de dezembro de 2021, perda por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) no valor de R\$ 9.062 mil. Para o teste de redução ao valor recuperável, cada projeto é considerado como o menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo uso contínuo e independentes das entradas de caixa de outros ativos (Unidade Geradora de Caixa – UGC). O valor recuperável de cada UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente. As principais premissas utilizadas para a determinação dos fluxos de caixa futuros estimados descontado a valor presente são: a taxa de desconto, preço de venda das moléculas e estimativa de crescimento das quantidades vendidas. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido as incertezas relacionadas a premissas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: - Avaliamos os processos e o desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo da teste de redução ao valor recuperável de novos produtos; - Avaliamos os estudos de viabilidade dos novos produtos em desenvolvimento; - Com o suporte técnico dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas no teste de redução ao valor recuperável do intangível da Companhia; - Comparamos as principais premissas com dados obtidos de fontes externas, assim como avaliamos as análises de sensibilidade sobre essas premissas, bem como, avaliamos a revisão retrospectiva das projeções; - Avaliamos, também, se as divulgações das demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis os valores recuperáveis de cada UGC, bem como as divulgações relacionadas a esses assuntos, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 30 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC GO-001203/O-2 F-GO



Lucas Gomes Arruda
Contador CRC GO-019915/O-4

Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A.

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	40.416	123.883	49.644	142.772
Contas a receber	8	81.414	52.213	85.362	55.790
Estoques	9	66.180	56.775	75.134	62.905
Impostos a recuperar	10	12.947	9.015	14.801	11.047
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	14.801	3.349	15.115	3.033
Outros créditos		4.810	3.866	6.298	4.676
		220.567	249.101	246.355	280.224
Ativo não circulante					
Tributos a recuperar	10	7.181	1.456	7.181	1.456
Outros créditos		10.924	9.849	11.018	9.912
Impostos diferidos ativos	21	48.439	-	48.438	-
Investimentos	12	28.320	34.460	-	-
Imobilizado	13	215.123	197.926	218.557	201.861
Intangível	14	47.066	43.405	50.605	47.091
		357.053	287.096	335.799	260.320
Total do ativo					
		577.620	536.196	582.154	540.544

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	17 a	42.842	17.546	43.934	18.205
Empréstimos e financiamentos	16	27.425	3.134	28.038	3.726
Incentivos fiscais		2.174	2.403	2.174	2.403
Obrigações tributárias	17c	6.527	5.726	6.923	6.033
Obrigações sociais e trabalhistas	17 b	16.512	13.233	17.701	14.200
Outras obrigações	17 d	23.266	24.341	23.313	24.380
		118.746	66.382	122.083	68.946
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	176.584	3.126	177.468	4.492
Incentivos fiscais		4.192	4.241	4.192	4.241
Provisão para demandas judiciais	18	5.334	5.771	5.647	6.188
Impostos diferidos passivos	21	-	3.960	-	3.960
Outras obrigações	17.d	8.265	7.413	8.265	7.413
		194.375	24.511	195.572	26.295
Patrimônio líquido					
Capital social	19	156.486	156.087	156.486	156.087
Reserva de lucros	19	203.768	303.511	203.768	303.511
Transações de capital	19	(95.755)	(14.295)	(95.755)	(14.295)
Total do patrimônio líquido		264.498	445.304	264.498	445.304
Total do passivo e patrimônio líquido		577.620	536.196	582.154	540.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas	22	350.954	261.969	383.214	284.915
Custo dos produtos vendidos	23 a	(221.343)	(148.804)	(234.037)	(158.520)
Lucro bruto		129.611	113.165	149.177	126.395
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas comerciais	23 b	(29.703)	(22.606)	(32.929)	(24.161)
Provisão para perdas de crédito esperadas	8	8	221	(40)	232
Despesas administrativas e gerais	23 c	(58.837)	(56.465)	(62.253)	(60.519)
Outras despesas operacionais	23 d	(269)	(2.502)	(269)	(2.591)
Outras receitas operacionais	23 d	22.009	15.157	22.027	15.207
Resultado de equivalência patrimonial		11.743	6.786	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		74.562	53.756	75.713	54.563
Receita financeira		5.423	5.493	6.000	6.038
Despesa financeira		(9.536)	(6.856)	(10.052)	(7.316)
Resultado financeiro líquido		(4.113)	(1.363)	(4.052)	(1.278)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		70.449	52.393	71.661	53.285
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	6.373	(4.849)	5.161	(5.741)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	10.436	1.844	10.436	1.844
Resultado do exercício		87.258	49.388	87.258	49.388
Resultado do exercício atribuível aos controladores		87.258	49.388	87.258	49.388
Resultado do exercício básico e diluído por ação		0,1995	0,2827	0,1995	0,1995

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Constituição da Reserva de Lucros	87.258	49.388	87.258	49.388
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente de exercício	87.258	49.388	87.258	49.388

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros			Lucros ou prejuízos acumulados	Transações de capital	Total atribuível aos controladores
			Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reservas de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		156.087	139.292	15.722	105.547		(14.295)	402.353
Resultado do exercício						49.388		49.388
Constituição da Reserva Legal	19c	-	-	2.469	-	(2.469)	-	-
Distribuição de dividendos	19c	-	-	-	-	(6.838)	-	(6.838)
Constituição da reserva para subvenção fiscal	19c	-	19.566	-	-	(19.565)	-	-
Constituição da Reserva de Lucros	19c	-	-	-	20.915	(20.515)	-	400
Total das transações entre acionista e reservas		-	19.566	2.469	20.915	(49.388)	-	6.438
Saldos em 31 de dezembro de 2020		156.087	158.857	18.192	126.462	-	(14.295)	445.303
Resultado do exercício		-	-	-	-	87.258		87.258
Aumento de capital	19a	69.738	(69.738)	-	-	-	-	-
Redução de capital	19d	(69.339)	-	-	-	-	-	(69.339)
Transação de capital	19d	-	-	-	-	-	(81.461)	(81.461)
Constituição da Reserva Legal	19c	-	-	4.363	-	(4.363)	-	-
Distribuição de dividendos	19c	-	-	-	(103.918)	(13.345)	-	(117.263)
Constituição da reserva para subvenção fiscal	19c	-	29.514	-	-	(29.514)	-	-
Constituição da reserva de subvenção com crédito extemporâneo	19b	-	19.103	-	(19.103)	-	-	-
Constituição da Reserva de Lucros	19c	-	-	-	40.036	(40.036)	-	-
Total das transações entre acionista e reservas		-	29.514	4.363	40.036	(87.258)	-	(13.345)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		156.486	137.736	22.555	43.477	-	(95.756)	264.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota				
Resultado do exercício antes do IRPJ / CSLL		70.449	52.393	71.661	53.285
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação de imobilizados	13	10.631	11.916	11.369	12.561
Amortização de intangíveis	14	3.402	8.306	3.617	8.501
Baixa de imobilizado/Intangível	13	8.730	2.220	9.003	2.892
Equivalência patrimonial		(11.743)	(6.786)	-	-
Provisão para perdas de créditos esperadas	8c	8	(221)	(40)	(232)
Provisão para demandas judiciais	18	(334)	30	(261)	138
Juros e variação cambial incorridos	16	3.145	3.560	3.145	3.719
Provisão estoques	9b	403	2.047	403	2.048
Provisão Phantom Share		4.234	(234)	4.234	(234)
Outros		-	(19)	-	(22)
		88.925	73.212	103.131	82.656
(Aumento) redução dos ativos					
Contas a receber de clientes		(29.209)	3.868	(29.532)	3.056
Estoques		(9.808)	(15.277)	(12.632)	(15.247)
Impostos a recuperar		(5.006)	(3.433)	(5.457)	(3.524)
Outros ativos		(2.019)	(4.924)	(2.728)	(5.439)
Subtotal		(46.041)	(19.766)	(50.349)	(21.154)
Aumento					
Fornecedores		25.296	2.629	25.729	2.920
Salários, participações nos resultados e encargos sociais, líquidos		3.279	1.132	3.501	1.181
Obrigações tributárias		4.353	(184)	1.303	(251)
Incentivos fiscais		(276)	(880)	(276)	(880)
Provisão para demandas judiciais		(108)	(1.040)	(437)	(1.101)
Outros passivos		(16.917)	7.999	(14.323)	8.003
Subtotal		15.626	9.656	15.497	9.872
		58.510	63.102	68.279	71.374
IRPJ/CSLL pagos		(2.584)	(3.449)	(3.362)	(4.196)
Juros sobre financiamentos pagos	16	(93)	(1.300)	(43)	(1.349)
Caixa líquido proveniente da atividade operacional		55.833	58.353	64.874	65.829
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de imobilizado	13	(47.599)	(39.011)	(48.008)	(39.745)
Aquisições de intangível	14	(2.507)	(4.538)	(2.573)	(4.800)
Dividendos recebidos	19c	17.883	-	-	-
Caixa líquido (consumido na) proveniente da atividade de investimentos		(32.223)	14.804	(50.581)	(44.545)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de dividendos	19c	(103.918)	(12.047)	(103.918)	(12.047)
Empréstimos e financiamentos captados	16	200.000	35.147	200.000	35.169
Empréstimos e financiamentos pagos	16	(203.159)	(42.756)	(203.503)	(43.302)
Caixa líquido (consumido na) proveniente da atividade de financiamento		(83.467)	(4.852)	(93.128)	1.104
Variação no caixa e equivalentes de caixa		(83.467)	(4.852)	(93.128)	1.104
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	7	123.883	128.735	142.772	141.668
Saldo no final de caixa e equivalentes de caixa	7	40.416	123.883	49.644	142.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A.

Demonstrações de valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
1) (+) Receitas	372.420	277.129	404.633	299.950
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	350.546	261.809	382.770	284.587
Outras receitas	22.448	15.157	22.438	15.189
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	(575)	163	(575)	174
2) (-) Insumos adquiridos de terceiros	(222.791)	(148.782)	(235.565)	(158.707)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(211.379)	(132.560)	(223.594)	(141.964)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.778)	(7.727)	(11.337)	(8.248)
Perda / Recuperação de valores ativos	(634)	(8.495)	(634)	(8.495)
3) (=) Valor adicionado bruto (1-2)	149.628	128.347	169.068	141.243
4) (-) Depreciação e amortização	(14.033)	(19.191)	(14.986)	(20.010)
Depreciações e amortizações	(14.033)	(19.191)	(14.986)	(20.010)
5) (=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	135.595	109.156	154.082	121.233
6) (+) Valor adicionado recebido em transferência	17.165	12.279	6.000	6.038
Resultado de equivalência patrimonial	11.743	6.786	-	-
Receitas financeiras	5.422	5.493	6.000	6.038
7) (+) Valor adicionado total a distribuir (5+6)	152.760	121.435	160.082	127.271
8) (=) Distribuição do valor adicionado(*)	152.760	121.435	160.082	127.271
Pessoal	53.100	43.802	56.398	46.849
Pessoal + Remuneração direta+ Benefícios + FGTS	53.100	43.802	56.398	46.849
8.2) Impostos, taxas e contribuições	(16.236)	3.626	(14.779)	4.600
Federais	(16.703)	3.201	(15.449)	4.100
Estaduais	467	425	670	500
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	28.638	24.619	31.206	26.434
Juros	9.535	6.856	10.052	7.317
Aluguéis	141	75	141	75
Outras	18.963	17.688	21.014	19.042
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	87.258	49.388	87.258	49.388
Dividendos	13.370	6.838	13.370	6.838
Lucros retidos	73.888	42.550	73.888	42.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A. (“Companhia” ou “Halex Istar”) foi constituída em 1959 e está domiciliada na cidade de Goiânia/GO, na Rodovia BR 153, Km 03, Chácara Retiro, Conjunto Caiçara. A Companhia possui um centro de distribuição em São Paulo - SP, uma planta fabril em Eusébio/CE (antiga Isofarma) e uma planta fabril em Goiânia/GO. Essas duas plantas produzem soluções parenterais e medicamentos de grande e pequeno volumes.

Impactos à pandemia do COVID-19

A Companhia criou um Comitê de Crise para monitorar os riscos em relação ao coronavírus, e estabelecer diretrizes preventivas com objetivo de contribuir para a segurança, saúde e integridade de todos os seus colaboradores, dos públicos com os quais se relaciona como um todo, em linha com as recomendações do Ministério da Saúde.

A Companhia continua operando regularmente, com pleno funcionamento de sua produção, logística e cadeia de suprimentos. Adotou o trabalho remoto para pessoas do grupo de risco e para as demais jornadas escalonadas para os colaboradores das áreas administrativas, respeitando as orientações e regras de quarentena dos estados. Com a utilização das ferramentas eficazes de TI, foi possível manter o nível de produtividade desses colaboradores.

2 Entidade controlada

Empresa	País	Participação acionária		
		2021	2020	2019
Medicone Projetos e Soluções para a Indústria e a Saúde Ltda. (“Medicone”)	Brasil	100%	100%	99,99%

A Medicone é uma entidade controlada especializada em produtos para saúde feitos em silicone, no município de Cachoeirinha-RS.

Em 19 de fevereiro de 2020, a Halex Istar adquiriu 0,01% da participação remanescente na Medicone.

3 Base de preparação das demonstrações financeiras

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 25 de março de 2022 autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6. A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Impactos à pandemia do COVID-19

A Companhia criou um Comitê de Crise para monitorar os riscos em relação ao coronavírus, e estabelecer diretrizes preventivas com objetivo de contribuir para a segurança, saúde e integridade de todos os seus colaboradores, dos públicos com os quais se relaciona como um todo, em linha com as recomendações do Ministério da Saúde.

A Companhia continua operando regularmente, com pleno funcionamento de sua produção, logística e cadeia de suprimentos. Adotou o trabalho remoto para pessoas do grupo de risco e para as demais jornadas escalonadas para os colaboradores das áreas administrativas, respeitando as orientações e regras de quarentena dos estados. Com a utilização das ferramentas eficazes de TI, foi possível manter o nível de produtividade desses colaboradores.

As operações da Companhia sofreram um impacto pelo forte aumento do COVID-19, sendo adotadas medidas de prevenções mundiais por recomendação da OMS - Organização Mundial da Saúde no início do mês de março de 2020, em consequência das medidas imposta houve restrição nas cirurgias eletivas, quadro que já foi revertido em 2021 com o controle da pandemia.

O principal produto da Companhia é utilizado em cirurgias eletivas, com a pandemia do COVID-19 houve a redução das cirurgias eletivas, reduzindo assim a venda deste produto.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são

reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas que possuem um risco de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 8** - Provisão para perdas esperadas no contas a receber de clientes - principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota Explicativa nº 9** - Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques - principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota Explicativa nº 13** - Vida útil do ativo imobilizado, depreciação e principais premissas utilizadas no teste de redução ao valor recuperável;
- **Nota Explicativa nº 14** - Vida útil e teste de redução ao valor recuperável do ativo intangível e ativação do investimento em P&D;
- **Nota Explicativa nº 18** - Provisão para demandas judiciais, reconhecimento e mensuração de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota Explicativa nº 20** - Programa de remuneração baseado em ações. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs* para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 26 – Gestão de riscos e instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelo pagamento baseado em ações, reconhecido em outros passivos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional.

6 Principais políticas contábeis

6.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

6.2 Base de consolidação

Os investimentos são substancialmente detidos em empresas controladas, que são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Transações entre a Companhia e sua controlada, saldos e ganhos não realizados em transações são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

6.3 Receita de vendas

A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.

Obrigações de desempenho

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As notas abaixo fornecem informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas

A emissão da nota fiscal ocorre no momento em que a mercadoria é despachada da Companhia, no final de cada mês é efetuada uma análise dos produtos para os quais houve emissão da nota fiscal, contudo a mercadoria não foi entregue, sendo estornado o efeito de tais vendas nas demonstrações da Companhia.

A receita só é reconhecida quando o os clientes obtêm controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente.

6.4 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como “Outras receitas”, exceto lucro da exploração que é reconhecido como redutor do imposto de renda, em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

No final do exercício, a Companhia reclassifica as subvenções governamentais recebidas para o patrimônio líquido conforme requerido pelas autoridades fiscais.

6.5 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o tempo de trabalho de tais empregados tenha decorrido. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e sua controlada tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função do tempo de trabalho prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Exceto, pelo pagamento baseado em ações conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.13, a Companhia não possui outros benefícios de longo prazo a empregados.

6.6 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e as despesas financeiras da Companhia e sua controlada compreendem, essencialmente: (i) Receita de juros, (ii) Despesa de juros e (iii) Variações cambiais.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado no período de competência. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

6.7 Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado por meio do lucro do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado com base na referida média de ações em circulação, ajustada por instrumentos potencialmente convertíveis em ações, com efeito de diluição, nos exercícios apresentados.

6.8 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09/NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

6.9 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas e mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para perdas é constituída sobre produtos obsoletos.

6.10 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e sua controlada.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 14.

6.11 Ativos intangíveis e ágio

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível pode ser definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização,

conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC).

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

a) *Ágio*

O ágio (*goodwill*) é mensurado ao valor justo na data de aquisição e é testado anualmente para verificar perdas por redução ao valor recuperável.

b) *Pesquisa e desenvolvimento*

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas como um ativo intangível se, e somente se, todos os critérios a seguir puderem ser demonstrados: (a) a viabilidade técnica de concluir o projeto de desenvolvimento; (b) intenção da Companhia de concluir o projeto; (c) capacidade da Companhia de utilizar o projeto; (d) a probabilidade de que o projeto gerará benefícios econômicos futuros; (e) a disponibilidade de recursos técnicos adequados e outros recursos para concluir o projeto; e (f) a capacidade de mensurar os gastos de desenvolvimento são avaliados ao custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade (“impairment”) dos saldos de intangíveis, substancialmente representados por desenvolvimento e registro de produtos, sempre que praticável, por meio do método de fluxo de caixa descontado, considerando dentre outros aspectos: (i) Premissas de geração futura de receitas, fundamentadas nos tamanhos dos mercados (atual e previsto), e na participação de mercado que o Grupo espera atingir. (ii) Estimativas dos custos diretos e indiretos de fabricação. (iii) Gastos associados à comercialização, tais como, despesas de marketing, comissões e fretes e armazenagens. O exercício das projeções abrange de cinco a 10 anos, a partir da data estimada de lançamento dos produtos e estimativa do ciclo de vida do produto, desenvolvimento de mercado e grau de inovação tecnológica associada.

O registro de provisões é feito quando o valor de recuperação (valor presente líquido do fluxo de caixa) for inferior ao valor do ativo registrado, de acordo com a política contábil da Companhia. Conforme apresentado Nota Explicativa nº 14.

c) *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

d) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios

econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, com e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

d) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o ativo intangível. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não alocado (*goodwill*) não é amortizado.

As vidas úteis estimadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 14.

6.12 Arrendamento mercantil

No início de cada contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia (10%). Os arrendamentos compreendem os aluguéis de imóveis.

O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

6.13 Pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

6.14 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento

por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento Ativos financeiros e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros, a Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

6.15 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(a) Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada reconhecem no final de cada período provisões para perdas esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perda é mensurada por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, por meio da abordagem simplificada.

A Companhia também avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Ao determinar se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de créditos esperadas a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e na avaliação de crédito. A Companhia presume que o risco de crédito aumentou significativamente se identificadas as seguintes situações:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; e/ou
- Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

(b) Ativos não financeiros

A cada data de apresentação das demonstrações financeiras a Administração da Companhia apura se há indicação de perda no seu valor recuperável nos valores contábeis dos ativos não monetários (imobilizado e intangível). Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Os fatores considerados pela Companhia incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. O valor recuperável de ativos com vida útil indefinida é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de perda em seus valores recuperáveis.

6.16 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

6.17 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia e da sua controlada são calculados da seguinte forma:

Halex Istar

Regime tributário de lucro real com base nos registros contábeis mais adições/exclusões de acordo com o método de cálculo adotado pela Companhia.

- (i) Imposto de renda pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240.
- (ii) Contribuição social sobre o lucro líquido: à alíquota de 9%.

Medicone

Regime tributário de lucro presumido calculado com base em percentual sobre das vendas brutas da Companhia:

- (i) Imposto de renda da pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro presumido que exceder o valor de R\$ 240. O lucro presumido é determinado a partir da aplicação das alíquotas de 8% (transporte, comércio e industrialização) e 32% (prestação de serviços).

- (ii) Contribuição social sobre o lucro líquido: à alíquota de 9% para o montante de lucro presumido que é determinado a partir da aplicação da alíquota de 12% (transporte, comércio e industrialização) e 32% (prestação de serviços).

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes da Companhia e de sua controlada é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

Tributos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.18 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

6.19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado do exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

6.20 Informações por segmento

O CPC 22 /IFRS 8 - Informações por Segmento requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A Companhia desenvolve suas atividades e baseia sua tomada de decisão de negócio considerando o segmento operacional, hospitalar, subdividindo entre: Medicamento, Solução Parenteral e Produto para Saúde conforme mencionado na Nota Explicativa nº 29.

6.21 Normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios a partir de 2022. A Companhia não adotou essas normas e não espera que tenham impacto significativo na preparação destas demonstrações financeiras.

- Alterações ao CPC 50 – Contratos de Seguro (IAS 37): O objetivo geral é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos.
- Alteração ao CPC 27 – Ativo Imobilizado (IAS 16): Restrição de uma entidade deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- Alteração ao CPC 25 – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37): Esclarecimento que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- Alteração ao CPC 15 – Combinação de Negócios (IFRS 3): Substituição das referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao CPC 15 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.
- Alterações ao CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1) - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: O que significa um direito de postergar a liquidação; o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; Essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.
- Aprimoramentos anuais CPC/IFRS, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:
 - (i) CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9): esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16): alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS 1): simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o CPC pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fundos de caixa	32	32	37	36
Bancos conta movimento	357	749	1.566	840
Aplicações financeiras: (i)				
Aplicação Automática	6.758	24.349	6.758	35.612
Fundo de Investimento	-	1	3.751	1
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	33.269	98.752	37.533	106.283
Total aplicações financeiras	40.027	123.102	48.042	141.896
Total	40.416	123.883	49.644	142.772

- (i) As aplicações financeiras de curtíssimo prazo são remuneradas pelas taxas médias de 100% a 105% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. São aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e são utilizadas em até 90 dias.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado está divulgada na Nota Explicativa nº 26.

8 Contas a receber

a. Composição dos saldos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Hospitais particulares e entidades filantrópicas	14.710	11.785	15.948	12.356
Distribuidoras	64.963	39.467	67.689	42.206
Órgãos públicos	12.520	11.827	12.606	12.189
Provisão para perda de créditos esperadas	(10.779)	(10.866)	(10.881)	(10.961)
Total	81.414	52.213	85.362	55.790

b. Composição dos saldos por idade de vencimento

	Controladora	
	2021	2020
A vencer		
A vencer até 30 dias	32.377	23.307
A vencer de 31 dias a 90 dias	39.533	21.600
A vencer de 91 dias a 1 ano	6.362	3.319
Total	78.272	48.226
Vencidos	2021	2020
Vencidos até 30 dias	2.172	1.630
Vencidos de 31 dias a 90 dias	839	2.067
Vencidos de 91 dias a 1 ano	131	290
Total	3.142	3.987
Total contas a receber	81.414	52.213
	Consolidado	
	2021	2020
A vencer		
A vencer até 30 dias	35.008	25.206
A vencer de 31 dias a 90 dias	40.601	22.789
A vencer de 91 dias a 1 ano	6.557	3.696
Total	82.166	51.691

Vencidos	2021	2020
Vencidos até 30 dias	2.226	1.732
Vencidos de 31 dias a 90 dias	839	2.077
Vencidos de 91 dias a 1 ano	131	290
Total	3.624	4.099
Total contas a receber	85.362	55.790

c. Provisão para perdas de créditos esperadas

A provisão esperada é calculada com base no histórico de perda e, adicionalmente, considera a análise individual dos títulos que apresentem indicativos de insolvência, como por exemplo atrasos e dificuldades financeiras, sendo constituída como ponto de partida créditos vencidos há mais de 90 dias e que não tenham garantias reais e não tenham feito “Confissão de Dívida”, o montante pelo qual consideramos para a provisão é suficiente para cobrir as perdas esperadas na realização das contas a receber.

	Controladora			
	2020	Adições	Baixas	2021
Provisão para perdas de créditos esperadas	(10.866)	(5.416)	5.503	(10.779)

	Controladora			
	2019	Adições	Baixas	2020
Provisão para perdas de créditos esperadas	(11.088)	(1.139)	1.361	(10.866)

	Consolidado			
	2020	Adições	Baixas	2021
Provisão para perdas de créditos esperadas	(10.961)	(5.424)	5.505	(10.880)

	Consolidado			
	2019	Adições	Baixas	2020
Provisão para perdas de créditos esperadas	(11.193)	(1.141)	1.373	(10.961)

9 Estoques

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2021	2020	2021	2020
Matérias-primas	30.965	23.234	36.190	26.197
Produtos acabados e semiacabados	28.695	31.276	32.206	34.243
Mercadoria para revenda	3.420	21	3.420	21
Almoxarifado	3.100	2.244	3.318	2.444
Total	66.180	56.775	75.134	62.905

b. Movimentação provisão perda de estoque

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial da provisão	(5.011)	(2.964)	(5.804)	(3.756)
Constituição	(1.518)	(6.023)	(1.518)	(6.024)
Baixa	1.115	3.976	1.115	3.976
Saldo final da provisão	(5.414)	(5.011)	(6.207)	(5.804)

10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IPI sobre matérias-primas e insumos	807	633	1.566	1.196
PIS a recuperar (i)	3.373	1.754	3.373	1.754
COFINS a recuperar (i)	6.500	4.900	6.500	4.900
ICMS a recuperar	1.519	1.598	2.888	3.068
Outros	748	130	474	129
Subtotal	12.947	9.015	14.801	11.047
CSLL e IRPJ a compensar (ii)	14.801	3.349	15.115	3.033
Subtotal	14.801	3.349	15.115	3.033
Total circulante	27.748	12.364	29.916	14.080
ICMS a recuperar	234	234	234	234
PIS a recuperar	439	439	439	439
COFINS a recuperar	6.343	618	6.343	618
Outros créditos	165	165	165	165
Total não circulante	7.181	1.456	7.181	1.456
Total geral	34.929	13.820	37.097	15.536

- (i) Aumento do Pis/Cofins a compensar foi devido aumento do faturamento a Companhia ficou valor elevado de créditos.
- (ii) Aumento do IRPJ e CSLL a compensar foi devido reconhecimento extemporâneo de créditos tributário sobre os benefícios incentivos fiscais de Lucro da exploração (LEX) da unidade do Ceará do período de 2017 a 2020, os quais serão compensados com lucros tributáveis em exercícios futuros.

11 Partes relacionadas

A Companhia é controlada pelas famílias: Carvalho e Perillo ao qual possuem participação de 50% cada, respectivamente.

a. Transações comerciais

As transações comerciais ocorridas entre a Companhia e partes relacionadas decorrem de operações comerciais de revenda de produtos e prestação de serviços, sendo devidamente eliminadas para fins de consolidação, quando aplicável. Os valores abaixo resumem os saldos das operações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020:

b. Transações patrimoniais

2021									
Descrição	Hospfar (i)	Ello (iii)	CP3 (iv)	AC (v)	HJP (vi)	LG (viii)	Cascadura(xi)	P.F(xii)	Total
Contas a receber	1.003	495	-	-	-	-	-	-	1.498
Fornecedores	-	-	-	-128	-128	-7	-	-	-263

2020									
Descrição	Hospfar (i)	Ello (iii)	CP3 (iv)	AC (v)	HJP (vi)	LG (viii)	Cascadura Participações	P.F(xii)	Total
Contas a receber	733	71	-	-	-	-	-	-	804
Fornecedores	-	-	-	-92	-92	-6	-	-	-190
Outras obrigações	-	-	-8.849	-	-	-	-	-	-8.849
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	1.881	4.957	6.838

O contas a receber não tem garantias e não possui incidência de juros. Não há expectativa para perdas esperadas sobre o contas a receber de partes relacionadas.

c. Transações de resultado

2021										
Descrição	Hospfar (i)	Medicone (ii)	Ello (iii)	CP3 (iv)	AC (v)	HJP (vi)	LG (viii)	FL (ix)	Cascadura(xi)	Total
Receita – Venda Prod.	5.706	31	1.187	-	-	-	-	-	-	6.924
Custo	(3.256)	(3)	(832)	-	-	-	-	-	-	(4.091)
Desp. Prest. Serv.	(1)	(13)	(113)	(9.086)	(1.127)	(1.093)	(90)	-	(2)	(11.525)
2020										
Descrição	Hospfar (i)	Medicone (ii)	Ello (iii)	CP3 (iv)	AC (v)	HJP (vi)	HIG (vii)	LG (viii)	FL (ix)	Total
Receita - Venda Produtos	2.861	5	820	-	-	-	-	-	-	3.686
Custo	(847)	(3)	(554)	-	-	-	-	-	-	(1.404)
Despesa prestação serviços	-	-	-	-	(1.221)	(1.193)	(1.345)	(73)	(1110)	(3.943)

(i) Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares

- (ii) Medicone Projetos e Soluções para Indústria da Saúde
- (iii) Ello Distribuição Ltda.
- (iv) CP3 Participações Ltda. (Vide Nota Explicativa 18.d item (i))
- (v) AC Participações Ltda.
- (vi) HJP Assessoria Farmacêutica Ltda.
- (vii) HIG Brasil Assessoria de Investimentos Ltda.
- (viii) LG Informática SA.
- (ix) FL Assessoria Empresarial Ltda.
- (x) JMDZ Participações Ltda.

A CP3 Participações recebeu pagamentos referente a venda da estrutura da planta fabril matriz localizada em Goiânia. No ano de 2018, essa estrutura foi vendida para a Halex Istar pelo valor de R\$ 50.000, no qual em maio 2021 foi realizado 100% do pagamento.

d. Remuneração e benefícios dos executivos

As despesas com remuneração e benefícios dos executivos e administradores da Companhia foram:

	Consolidado	
	2021	2020
Benefício de curto prazo (i)	4.084	6.152
Pagamento Phantom	3.313	-
Benefício de longo prazo - Programa de remuneração baseado em ações - <i>Phantom Shares</i>		6.228
	7.150	
Total	14.547	12.380

- (i) Os benefícios aos administradores incluem remuneração fixa, encargos sociais e programa de participação no resultado, que são reconhecidos com base nas metas estabelecidas anualmente.

12 Investimentos

a) Informações a respeito da controlada

	Medicone	
	2021	2020
Ativo circulante	25.788	31.124
Ativo não circulante	7.067	7.684
Passivo circulante	3.338	2.564
Passivo não circulante	1.198	1.784
Patrimônio líquido	28.320	34.460
Total das receitas	32.255	22.953
Custo dos produtos vendidos	(12.689)	(9.724)
(Despesas) receitas operacionais	(6.672)	(5.637)
Resultado do exercício	11.743	6.786

b) Composição

	Participação	Controladora	
		2021	2020
Medicone Projetos e Soluções para a Saúde e a Indústria Ltda.	100%	28.320	34.460
Total		28.320	34.460

	Controladora	
	2021	2020
Resultado do exercício	11.743	6.786
Resultado do exercício ajustado	11.743	6.786
Participação na controlada	100%	100%
Resultado de equivalência patrimonial	11.743	6.786

c) Movimentação

	Saldo em 2020	Resultado de equivalência	Distribuição de dividendos (ii)	Saldo em 2021
Investimento em controlada	34.460	11.743	(17.883)	28.320
Total geral	34.460	11.743	(17.883)	28.320

- (ii) A Medicone distribuiu dividendos no valor de R\$ 17.883, com base no saldo de Reserva de lucros da empresa, conforme aprovado Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de maio de 2021.

13 Imobilizado

a. Composição

		Controladora					
		2021			2020		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
	Vida útil em anos						
Terrenos	-	26.180	-	26.180	26.180	-	26.180
Edificações (ii)	59	57.696	(7.200)	50.496	57.042	(6.128)	50.914
Instalações gerais	27	13.290	(3.070)	10.220	12.638	(2.460)	10.178
Máquinas e equipamentos (ii)	17	148.205	(69.714)	78.491	145.205	(63.800)	81.405
Veículos	7	333	(328)	5	333	(320)	13
Equipamentos de informática (ii)	5	5.783	(4.684)	1.099	5.237	(4.042)	1.195
Móveis e utensílios (ii)	15	5.777	(2.377)	3.400	5.112	(2.049)	3.063
Outros (i) (ii)	12	4.878	(1.918)	2.960	4.837	(1.606)	3.231
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25	156	(22)	134	156	(16)	140
Imobilizações em andamento(ii)	-	41.982	-	41.982	21.247	-	21.247
Direito de uso	10	850	(694)	156	850	(490)	360
Total geral		305.130	(90.007)	215.123	278.837	(80.911)	197.926

Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021.

	Vida útil em anos	Consolidado					
		2021			2020		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	26.180	-	26.180	26.180	-	26.180
Edificações (ii)	59	57.696	(7.200)	50.496	57.042	(6.128)	50.914
Instalações gerais	27	13.303	(3.074)	10.229	12.641	(2.464)	10.177
Máquinas e equipamentos (ii)	17	151.225	(71.796)	79.429	148.176	(65.758)	82.418
Veículos	7	368	(363)	5	368	(355)	13
Equipamentos de informática (ii)	5	6.069	(4.921)	1.148	5.507	(4.257)	1.250
Móveis e utensílios (ii)	15	6.063	(2.559)	3.504	5.391	(2.210)	3.181
Outros (i) (ii)	12	4.890	(1.963)	2.927	4.849	(1.651)	3.198
Moldes e matrizes	10	292	(147)	145	223	(118)	105
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25	2.545	(1.085)	1.460	2.450	(868)	1.582
Imobilizações em andamento (ii)	-	42.075	-	42.075	21.384	-	21.384
Direito de uso	10	2.554	(1.595)	959	2.519	(1.060)	1.459
Total geral		313.260	(94.703)	218.557	286.730	(84.869)	201.861

- (i) Refere-se a instalações elétricas, ferramentas e aparelhos de comunicação.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 14.427 refere-se ao montante dos bens dados em garantia referente aos empréstimos do FCO, conforme Nota Explicativa nº 17.

A provisão para *impairment* foi elaborada com base em fontes internas de informação na identificação de bens obsoletos (substancialmente máquinas e equipamentos) devido alterações no ambiente tecnológico para o qual os ativos foram destinados. Anualmente, a Companhia efetua nova avaliação e se necessário efetua o ajuste da provisão.

b. Movimentações

	Controladora				
	Saldos em 2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 2021
Custo:					
Terrenos	26.180	-	-	-	26.180
Edificações	57.042	-	-	654	57.696
Instalações gerais	12.638	-	(175)	827	13.290
Máquinas e equipamentos	145.205	1	(1.168)	4.167	148.205
Veículos	333	-	-	-	333
Equipamentos de informática	5.237	-	(26)	572	5.783
Móveis e utensílios	5.112	-	(53)	718	5.777
Outros	4.837	-	(4)	45	4.878
Benfeitorias imóveis de terceiros	156	-	-	-	156
Imobilizações em andamento	21.245	39.598	(5.866)	(12.995)	41.982
Direito de uso - Contratos Aluguéis	850	-	-	-	850
Total	278.835	39.599	(7.292)	(6.012)	305.130

Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021.

Depreciação:

Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações	(6.128)	(1.072)	-	-	(7.200)
Instalações gerais	(2.460)	(785)	175	-	(3.070)
Máquinas e equipamentos	(63.800)	(7.204)	1.290	-	(69.714)
Veículos	(320)	(8)	-	-	(328)
Equipamentos de informática	(4.042)	(660)	14	4	(4.684)
Móveis e utensílios	(2.049)	(379)	50	1	(2.377)
Outros	(1.606)	(316)	4	-	(1.918)
Benfeitorias imóveis de terceiros	(16)	(6)	-	-	(22)
Direito de uso - Contratos Aluguéis	(490)	(204)	-	-	(694)
Subtotal	(80.911)	(10.634)	1.533	5	(90.007)
Saldo líquido	197.924	28.965	(5.759)	(6.007)	215.123

Controladora

	Saldos em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 2020
Custo:					
Terrenos	26.180	-	-	-	26.180
Edificações	53.584	-	-	3.458	57.042
Instalações gerais	5.701	-	(187)	7.124	12.638
Máquinas e equipamentos	134.592	-	(1.837)	12.450	145.205
Veículos	333	-	-	-	333
Equipamentos de informática	4.519	-	(76)	794	5.237
Móveis e utensílios	4.075	-	(94)	1.131	5.112
Outros	4.201	-	(12)	648	4.837
Benfeitorias imóveis de terceiros	156	-	-	-	156
Imobilizações em andamento	27.070	19.782	-	(25.605)	21.247
Direito de uso - Contratos Aluguéis	850	-	-	-	850
Total	261.261	19.782	(2.206)	-	278.837

Depreciação:

Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações	(4.954)	(1.174)	-	-	(6.128)
Instalações gerais	(2.181)	(466)	187	-	(2.460)
Máquinas e equipamentos	(55.822)	(8.769)	791	-	(63.800)
Veículos	(304)	(16)	-	-	(320)
Equipamentos de informática	(3.505)	(608)	71	-	(4.042)
Móveis e utensílios	(1.839)	(297)	87	-	(2.049)
Outros	(1.282)	(335)	11	-	(1.606)
Benfeitorias imóveis de terceiros	(12)	(4)	-	-	(16)
Imobilizações em andamento	-	-	-	-	-
Direito de uso - Contratos Aluguéis	(242)	(248)	-	-	(490)
Subtotal	(70.141)	(11.917)	1.147	-	(80.911)
Saldo líquido	191.120	7.865	(1.059)	-	197.926

Consolidado

	Saldos em 2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 2021
Custo:					
Terrenos	26.180	-	-	-	26.180
Edificações	57.042	-	-	654	57.696
Instalações gerais	12.641	10	(175)	827	13.303
Máquinas e equipamentos	148.176	50	(1.168)	4.167	151.225
Veículos	368	-	-	-	368
Equipamentos de informática	5.507	16	(26)	572	6.069
Móveis e utensílios	5.391	7	(53)	718	6.063
Outros	4.849	-	(4)	44	4.889
Moldes e Matrizes	223	69	-	-	292
Benfeitorias imóveis de terceiros	2.450	95	-	-	2.545
Imobilizações em andamento	21.384	39.805	(6.120)	(12.994)	42.075
Direito de uso - Contratos Aluguéis	2.520	35	-	-	2.555
Subtotal	286.731	40.087	(7.546)	(6.012)	313.260

Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021.

Depreciação:					
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações	(6.128)	(1.072)	-	-	(7.200)
Instalações gerais	(2.464)	(785)	175	-	(3.074)
Máquinas e equipamentos	(65.758)	(7.327)	1.289	-	(71.796)
Veículos	(355)	(8)	-	-	(363)
Equipamentos de informática	(4.257)	(680)	12	4	(4.921)
Móveis e utensílios	(2.210)	(400)	50	1	(2.559)
Outros	(1.651)	(316)	4	-	(1.963)
Moldes e Matrizes	(118)	(29)	-	-	(147)
Benfeitorias imóveis de terceiros	(868)	(217)	-	-	(1.085)
Imobilizações em andamento	-	-	-	-	-
Direito de uso - Contratos Aluguéis	(1.060)	(535)	-	-	(1.595)
Total	(84.869)	(11.369)	1.530	5	(94.703)
Saldo líquido	201.862	28.718	(6.016)	(6.007)	218.557

	Consolidado				Saldos em 2020
	Saldos em 2019	Adições	Baixas	Transferências	
Custo:					
Terrenos	26.180	-	-	-	26.180
Edificações	53.584	-	-	3.458	57.042
Instalações gerais	5.704	-	(187)	7.124	12.641
Máquinas e equipamentos	137.553	10	(1.837)	12.450	148.176
Veículos	368	-	-	-	368
Equipamentos de informática	4.776	13	(76)	794	5.507
Móveis e utensílios	4.349	5	(94)	1.131	5.391
Outros	4.213	-	(12)	648	4.849
Moldes e Matrizes	206	17	-	-	223
Benfeitorias imóveis de terceiros	1.856	594	-	-	2.450
Imobilizações em andamento	27.803	19.858	(672)	(25.605)	21.384
Direito de uso - Contratos Aluguéis	2.500	19	-	-	2.519
Total geral	269.092	20.516	(2.878)	-	286.730
Depreciação:					
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações	(4.954)	(1.174)	-	-	(6.128)
Instalações gerais	(2.185)	(467)	188	-	(2.464)
Máquinas e equipamentos	(57.655)	(8.894)	791	-	(65.758)
Veículos	(339)	(16)	-	-	(355)
Equipamentos de informática	(3.706)	(622)	71	-	(4.257)
Móveis e utensílios	(1.979)	(318)	87	-	(2.210)
Outros	(1.327)	(335)	11	-	(1.651)
Moldes e Matrizes	(96)	(22)	-	-	(118)
Benfeitorias imóveis de terceiros	(694)	(174)	-	-	(868)
Imobilizações em andamento	-	-	-	-	-
Direito de uso - Contratos Aluguéis	(519)	(541)	-	-	(1.060)
Total	(73.454)	(12.563)	1.148	-	(84.869)
Saldo líquido	195.638	7.953	(1.730)	-	201.861

Movimentação das adições do imobilizado de acordo com o efeito caixa:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adições ocorridas no exercício	39.599	19.782	40.087	20.516
Efeito da Adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	-	(246)	(78)	731
Pagamentos a fornecedores de aquisições ocorridas em períodos anteriores	8.000	19.200	8.000	19.200
Adições conforme demonstração do fluxo de caixa	47.599	38.736	48.008	40.447

14 Intangível

a. Composição

	Taxa de amortização % ao ano	Controladora					
		2021			2020		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Intangível em desenvolvimento (i)	-	31.841	(9.062)	22.779	26.496	(9.062)	17.434
Goodwill	20	8.219	-	8.219	8.219	-	8.219
Intangível Anvisa	5	33.487	(33.487)	-	33.487	(32.270)	1.217
Sistemas de informação	5	9.886	(7.128)	2.758	8.590	(6.526)	2.064
Patentes	10	16.859	(3.548)	13.311	16.436	(1.965)	14.471
Total geral		100.292	(53.225)	47.067	93.228	(49.823)	43.405

	Taxa de amortização % ao ano	Consolidado					
		2021			2020		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Intangível em desenvolvimento (i)	-	35.349	(9.062)	26.287	31.963	(10.883)	21.080
Goodwill	20	8.219	-	8.219	8.219	-	8.219
Intangível Anvisa	5	33.487	(33.487)	-	33.487	(32.270)	1.217
Sistemas de informação	5	10.158	(7.371)	2.787	8.856	(6.752)	2.104
Patentes	10	16.859	(3.548)	13.311	16.436	(1.965)	14.471
Total geral		104.072	(53.468)	50.604	98.961	(51.870)	47.091

- (ii) Intangível em desenvolvimento: refere-se ao desenvolvimento de novas linhas de produtos. Antes do início desse desenvolvimento, foram analisadas as viabilidades técnica e econômica do projeto, o qual foi aprovado pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia avalia a viabilidade econômica desses projetos. Segue abaixo composição do intangível de desenvolvimento por classe terapêutica.

Os custos com desenvolvimentos de novos produtos para o setor hospitalar, segregados da seguinte maneira:

	Controladora							
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2021
Analgésicos	4.363	48	(2.919)	1.492	425	-	-	1.917
Anestésico	1.928	298	-	2.226	76	-	-	2.302
Antiácidos	420	3	-	423	-	-	(423)	0
Antibiótico	4.336	474	(8)	4.802	176	-	-	4.978
Antiemético	1.260	780	-	2.040	146	-	-	2.186
Antifúngicos	1.105	2	(704)	403	-	-	-	403
Anti-histamínico	1.390	-	(1.390)	-	-	-	-	-
Anti-inflamatório	1.276	754	-	2.030	29	-	-	2.059
Antivirais	3.187	-	(3.187)	-	-	-	-	-
Cardiológico	3.103	29	(1.242)	1.890	7	-	-	1.897
Fluorquinolonas injetáveis	1.535	-	(1.535)	-	-	-	-	-
Hormônio	1.675	415	-	2.090	354	-	-	2.444
Neuroprotetor (tratamento ELA)	17	-	-	17	-	-	-	17
Outros Anti-infecciosos	744	-	(744)	-	-	-	-	-
Anaeróbicos	1.393	-	(1.371)	22	-	-	-	22
Solução cirúrgica	7.857	1.304	(100)	9.061	1	-	-	9.062
Projetos cancelados	-	-	-	-	-	(1.458)	6.012	4.554
Projeto Sky	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	35.589	4.107	(13.200)	26.496	1.214	-1.458	5.589	31.841
Provisão para perdas	(7.857)	(1.304)	100	(9.062)	-	-	-	(9.062)
Total líquido	27.732	2.803	-13.100	17.434	1.214	-1.458	5.589	22.779

Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021.

	Consolidado							
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2021
Analgésicos	4.363	48	(2.919)	1.492	425	-	-	1.917
Anestésico	1.928	298	-	2.226	76	-	-	2.302
Antiácidos	420	3	-	423	-	-	(423)	0
Antibiótico	4.336	474	(8)	4.802	176	-	-	4.978
Antiemético	1.260	780	-	2.040	146	-	-	2.186
Antifúngicos	1.105	2	(704)	403	0	-	-	403
Anti-histamínico	1.390	-	(1.390)	-	-	-	-	0
Anti-inflamatório	1.276	753	-	2.029	30	-	-	2.059
Antivirais	3.187	-	(3.187)	-	-	-	-	0
Cardiológico	3.103	29	(1.242)	1.890	7	-	-	1.897
Fluorquinolonas injetáveis	1.535	-	(1.535)	-	-	-	-	0
Hormônio	1.675	415	-	2.090	354	-	-	2.444
Neuroprotetor (tratamento ELA)	17	-	-	17	-	-	-	17
Outros Anti-infecciosos								
Anaeróbicos	744	-	(744)	-	-	-	-	0
Solução cirúrgica	1.393	-	(1.371)	22	-	-	-	22
Projetos cancelados	7.857	1.304	(100)	9.061	1	-	-	9.062
Projeto Sky	-	-	-	-	0	(1.458)	6.012	4.554
Produtos para saúde	3.608	39	-	5.468	65	0	0	5.533
Subtotal	39.197	4.145	(13.200)	31.963	1.280	(1.458)	5.589	37.374
Provisão para perdas	(7.857)	(1.304)	100	(9.062)	-	-	-	(9.062)
Total líquido	31.340	2.841	(13.100)	22.901	1.280	(1.458)	5.589	28.312

Os projetos acima possuem sua previsão para entrega entre os anos de 2020 e 2024. Após a conclusão dos projetos os mesmos são amortizados pelo período de vida útil estimada, calculada através da expectativa dos benefícios econômicos futuros esperados, cuja expectativa da administração é em até 10 anos.

Os custos desses projetos são classificados conforme segue:

Fase 1: Estudo inicial de viabilidade econômica e estudos de avaliação técnica do produto (pesquisas e provas necessárias); classificação do projeto e definições iniciais do mesmo.

Fase 2: Desenvolvimento de bancada (lotes pilotos de bancada) + método analítico; testes para transposição do produto de bancada para área produtiva.

Fase 3: Lotes pilotos industriais e montagem de documentação regulatória.

Fase 4: Produto protocolado na ANVISA, aguardando avaliação da ANVISA.

As despesas de pesquisa são reconhecidas no resultado. Despesas de desenvolvimento são capitalizadas apenas como ativos intangíveis gerados internamente se os critérios de reconhecimento do IAS 38/CPC 4 – Ativo Intangível forem atendidos. Isso inclui a suficiente certeza de que a atividade de desenvolvimento dará origem a fluxos de caixa financeiros futuros que também cobrem os respectivos gastos de desenvolvimento. No caso da Companhia, isso ocorre quando o projeto se encontra na Fase 2.

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade (“impairment”) dos saldos de intangível, substancialmente representados por desenvolvimento e registro de produtos, sempre que praticável, por método de fluxo de caixa descontado (taxa de desconto de 14,5% em 2021, 2020 e 2019), considerando entre outros aspectos: a). premissas de geração futura de receitas, fundamentadas pelo tamanho de mercado atual e expectativa do mercado futuro, quantidade de *players*, preços as serem praticados e a participação de mercado que a Companhia espera atingir; b). Estimativa de custo direto e indireto, partindo da valorização da ficha técnica do produto e adicionado o custo de produção baseado na rota similar de produto já em linha produtiva; c). Mensuração de investimentos para o desenvolvimento do produto em bancada e método analítico, matéria prima, material de embalagem, mão de obra, lote piloto e adequações de rota produtiva, caso aplicável; d). Gastos associados a comercialização, tais como, despesas de marketing, comissões e frete.

O exercício de projeções abrange cinco ou mais anos, a partir da data estimada de lançamentos dos produtos e estimativa do ciclo de vida do produto, desenvolvimento de mercado e grau de inovação tecnológica associada. O registro de provisões é feito quando o valor recuperável (valor presente líquido do fluxo de caixa) for inferior ao valor do ativo registrado, de acordo com a política contábil da Companhia apresentada na Nota 7.15.

e. Movimentação

	Controladora				Saldos em 31/12/2021
	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	
Custo:					
Sistemas de informação	8.590	1.296	-	-	9.886
Intangível em desenvolvimento	26.496	1.214	(1.458)	5.589	31.841
Marcas e patentes	16.436	1	-	423	16.860
Intangível Anvisa	33.487	-	-	-	33.487
Goodwill	8.218	-	-	-	8.218
Total	93.227	2.511	(1.458)	6.012	100.292
Amortização:					
Sistemas de informação	(6.526)	(603)	-	-	(7.129)
Intangível em desenvolvimento	(9.062)	-	-	-	(9.062)
Marcas e patentes	(1.965)	(1.582)	-	-	(3.547)
Intangível Anvisa	(32.270)	(1.217)	-	-	(33.487)
Total	(49.823)	(3.402)	-	-	(53.225)
Saldo líquido	43.404	(891)	(1.458)	6.012	47.067

	Controladora				Saldos em 31/12/2020
	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	
Custo:					
Sistemas de informação	8.453	137	-	-	8.590
Intangível em desenvolvimento	35.589	3.665	(810)	(11.948)	26.496
Marcas e patentes	3.751	737	-	11.948	16.436
Intangível Anvisa	33.487	-	-	-	33.487
Goodwill	8.219	-	-	-	8.219
Total	89.499	4.539	(810)	-	93.228
Amortização:					
Sistemas de informação	(5.718)	(808)	-	-	(6.526)
Intangível em desenvolvimento	(7.857)	(1.205)	-	-	(9.062)
Marcas e patentes	(1.195)	(770)	-	-	(1.965)
Intangível Anvisa	(25.542)	(6.728)	-	-	(32.270)
Total	(40.312)	(9.511)	-	-	(49.823)
Saldo líquido	49.187	(4.972)	(810)	-	43.405

Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021.

Consolidado					
	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Custo:					
Sistemas de informação	8.856	1.302	-	-	10.158
Intangível em desenvolvimento	31.963	1.280	(1.458)	5.589	37.374
Marcas e patentes	16.436	-	-	423	16.859
Intangível Anvisa	33.487	-	-	-	33.487
Goodwill	8.219	-	-	-	8.219
Total	98.961	2.582	(1.458)	6.012	106.097
Amortização:					
Sistemas de informação	(6.752)	(588)	-	-	(7.340)
Intangível em desenvolvimento	(10.883)	(235)	-	-	(11.118)
Marcas e patentes	(1.965)	(1.582)	-	-	(3.547)
Intangível Anvisa	(32.270)	(1.217)	-	-	(33.487)
Total	(51.870)	(3.622)	-	-	(55.492)
Saldo líquido	47.091	(1.040)	(1.458)	6.012	50.605

Consolidado					
	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2020
Custo:					
Sistemas de informação	8.686	170	-	-	8.856
Intangível em desenvolvimento	40.825	3.896	(810)	(11.948)	31.963
Marcas e patentes	3.751	737	-	11.948	16.436
Intangível Anvisa	33.487	-	-	-	33.487
Goodwill	8.219	-	-	-	8.219
Total	94.968	4.803	(810)	-	98.961
Amortização:					
Sistemas de informação	(5.943)	(809)	-	-	(6.752)
Intangível em desenvolvimento	(9.482)	(1.401)	-	-	(10.883)
Marcas e patentes	(1.195)	(770)	-	-	(1.965)
Intangível Anvisa	(25.542)	(6.728)	-	-	(32.270)
Total	(42.162)	(9.708)	-	-	(51.870)
Saldo líquido	52.806	(4.905)	(810)	-	47.091

f. Teste por redução ao valor recuperável do ágio

Com a incorporação da Isofarma Indústria Farmacêutica Ltda. (Isofarma), o ágio foi mantido nas demonstrações financeiras individuais da controladora e dessa forma compondo a Unidade Geradora de Caixa (UGC) com ágio. O valor recuperável dessa UGC foi baseado na estimativa dos fluxos de caixa descontados considerando a data base de 31 de dezembro de 2021 e 2020 e da controladora. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir.

Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

<i>Em percentual</i>	2021	2020
Taxa de desconto real	12,98%	14,4%
Taxa de crescimento na perpetuidade	0%	0%

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada do custo de capital em que a UGC operava, considerando a alavancagem da dívida 9,2% a uma taxa de juros real estimada em 9,5% a.a. com base nas linhas de financiamento.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos. Não foi considerado taxa de crescimento na perpetuidade.

O LAJIDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustada pelos seguintes fatores:

- (b) O crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos cinco anos. Presume-se que o preço de vendas aumente em linha com a inflação prevista para os próximos cinco anos.
- (c) As probabilidades ponderadas de custos ambientais significativos não recorrentes. Presume-se que outros custos ambientais acompanhem a inflação em outros anos.

Não foi identificado necessidade de reconhecimento de perda por valor recuperável da unidade geradora de caixa.

15 Subvenções e assistências governamentais

a. Incentivo FOMENTAR - Halex Istar Matriz

A Halex Istar é beneficiária do FOMENTAR, que permite o diferimento de 70% do ICMS devido a serem recolhidos no longo prazo, com juros devidos à taxa de 0,2% (dois décimos por cento) ao mês subsidiados e sem correção ou atualização monetária. O prazo de fruição do benefício FOMENTAR é 31 de dezembro de 2032.

Desses 70% não recolhidos, a Halex Istar aplica contratualmente 10% em forma de caução do financiamento, denominado Bolsa Garantia - CDBs (Lei nº 14.239, de 9 de julho de 2002), cujos vencimentos estão atrelados ao vencimento dos 70% incentivados e que rendem 80% da variação da taxa referencial. Esses CDBs, devidamente atualizados, estão demonstrados no ativo não circulante; e a dívida referente aos 70%, no passivo não circulante.

Através de Lei Estadual, é facultado aos beneficiários do FOMENTAR amortizar antecipadamente seus débitos fomentados, à razão de 11% do valor devido (com ganho de 89% a título de deságio) através dos Leilões FOMENTAR. Esse desconto, quando atendido os critérios do benefício, é reconhecido contabilmente como receita de subvenção e, posteriormente, transferido para reservas de incentivos fiscais.

Houve leilão FOMENTAR no segundo semestre do ano de 2021, porém a Halex Istar obteve deságio no valor de R\$ 10.003 (R\$ 8.978 em 2020), que foi reconhecida como “Outras receitas”, sendo transferido para “Reserva de incentivos fiscais” no final do exercício.

Através da LEI Nº 20.367, de 11 de dezembro de 2018, os benefícios e isenções fiscais relativos ao ICMS, apurados de abril 2019 a março de 2020, estão sujeitos a um percentual de contribuição para o Fundo de Proteção Social de Goiás (Protege) de 15% do primeiro até o sexto mês, 14% do sétimo mês, decrescendo 1% a cada mês, até o final de dezembro de 2021.

b. Incentivo FDI - Halex Istar filial Nordeste

A filial Eusébio é beneficiária do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI). O FDI é um benefício concedido pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial (CEDIN), cujo objetivo principal é incentivar a implantação, a ampliação, a diversificação, a recuperação e a modernização de estabelecimentos industriais. O contrato estabelece o diferimento equivalente a 75% do valor do ICMS efetivamente recolhido pela beneficiária incidente sobre a sua produção própria. No exercício de 2021, foi reconhecido um deságio referente ao FDI de R\$ 9.691 (R\$ 4.669 em 2020) na rubrica de “Outras receitas”, sendo que o referido deságio foi classificado como “Reserva de incentivos fiscais” no final do exercício.

c. Incentivo Lucro da Exploração - Halex Istar filial Nordeste

A Filial é tributada pelo lucro real anual/recolhimento através de balancetes de redução/suspensão. Possui o benefício do IRPJ - Lucro da Exploração, o incentivo de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, conforme Decreto-lei nº 1.598, de 1977, e Lei nº 7.959. No exercício de 2021 foi reconhecida uma redução na despesa com IRPJ de R\$ 9.142 (R\$ 5.854 em 2020), na rubrica de “Imposto de renda e contribuição social correntes”.

16 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

Descrição	Taxa de juros Média a.a.	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Capital de giro (i)	CDI+3,048%	1.734	1.856	1.733	1.856
Moeda estrangeira (ii)	CDI+3,415%	-	1.044	1	1.044
BRDE	TLJP	-	-	194	194
Arrendamentos – Alugueis (iii)	IGPM/FGV/INPC	170	234	590	632
Debêntures (iv)	CDI+3,35%	25.521	-	25.520	-
Passivo circulante		27.425	3.134	28.038	3.726

Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021.

Capital de giro (i)	CDI+3,048%	1.225	2.959	1.225	2.959
BRDE	TLJP	-	-	355	549
Arrendamentos – Alugueis (iii)	IGPM/FGV/INPC	17	167	546	984
Debêntures (iv)	CDI+3,35%	175.342	-	175.342	-
Passivo não circulante		176.584	3.126	177.468	4.492
Total geral		204.009	6.260	205.506	8.218

(i) **Capital de giro** - Recursos referentes a contratos firmados com instituições financeiras, para aplicação no desenvolvimento das atividades operacionais da Companhia.

(ii) **Financiamento moeda estrangeira 4131(*)** - Recursos referentes a contratos firmados com a instituição financeira Banco Itaú S.A. para aplicação no desenvolvimento das atividades operacionais da Companhia. As operações já foram contratadas com *swap* da dívida em moeda estrangeira para reais.

(*) *Empréstimo em moeda estrangeira concedido por banco no exterior diretamente a clientes brasileiros sem destinação específica.*

(iii) **Arrendamentos** - compreende o passivo de arrendamento do aluguel de três imóveis, descontados a valor presente pela taxa incremental (10%), em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) /IFRS 16. Em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, os saldos apresentados em contas patrimoniais não possuem impactos de impostos (PIS e Cofins), uma vez que as operações de arrendamento mercantil foram efetuadas por sua controlada que está no regime tributário do lucro presumido

(iv) **Debêntures** - em outubro de 2021 a companhia assinou um contrato de debêntures simples pública não conversíveis em ações restritos para banco Itaú e Santander no valor de 200 milhões para quitar a recompra de ações pertencentes a HIG capital.

b. Garantias

A Companhia e sua controlada mantêm diversos contratos de financiamento com o Banco do Brasil relativos ao FCO. Quanto aos financiamentos de capital de giro e contas garantidas mantidos com instituições financeiras, as garantias estão vinculadas a aval dos sócios. Nos financiamentos em moeda estrangeira, as garantias estão vinculadas às duplicatas da Companhia.

c. Cláusulas restritivas (Covenants)

A Companhia possui um *covenant* financeiro, obrigação de manter o índice resultando da divisão da Dívida Líquida pelo seu LAJIDA inferior a 3,0 (três).

d. Movimentação

	Controladora								Saldo em 2021
	Saldos em 2020	Adições	Incorporação	Amortizações	Transferência curto/longo prazo	Amortização juros	Provisão juros	Variação cambial	
Capital de Giro	1.855	-	200.000	(201.918)	1.734	(93)	156	-	1.734
Moeda Estrangeira	1.044	-	-	(1.018)	-	-	-	(25)	1
Arrendamentos	234	-	-	(223)	150	-	9	-	170
Debentures	-	-	-	-	24.658	-	862	-	25.520
Passivo circulante	3.133	-	200.000	(203.159)	26.542	(93)	1.027	(25)	27.425
Capital de Giro	2.959	-	-	-	(1.734)	-	-	-	1.225
Arrendamentos	167	-	-	-	(150)	-	-	-	17
Debentures	-	200.000	-	-	(24.658)	-	-	-	175.342
Passivo não circulante	3.126	200.000	-	-	(26.542)	-	-	-	176.584
Total geral	6.260	200.000	200.000	(203.159)	-	(93)	1.027	(26)	204.009

Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021.

Controladora								
	Saldos em 2019	Adições	Amortizações	Transferência curto/longo prazo	Amortização juros	Provisão juros	Variação cambial	Saldo em 2020
FCO	2.431	-	(6.182)	3.751	(31)	31	-	-
Capital de Giro	-	11.260	(30.402)	20.928	(1.269)	1.339	-	1.856
Moeda Estrangeira	3.745	-	(5.884)	628	-	651	1.904	1.044
Arrendamentos	288	-	(274)	175	-	45	-	234
Passivo circulante	6.464	11.260	(42.742)	25.482	(1.300)	2.066	1.904	3.134
FCO	3.752	-	-	3.751	-	(1)	-	-
Capital de Giro	-	23.887	-	(20.928)	-	-	-	2.959
Moeda Estrangeira	628	-	-	(628)	-	-	-	-
Arrendamentos	352	-	(13)	(175)	-	3	-	167
Passivo não circulante	4.732	23.887	(13)	(25.482)	-	2	-	3.126
Total geral	11.196	35.147	(42.755)	-	(1.300)	2.068	1.904	6.260

Consolidado									
	Saldos em 2020	Adições	Incorporação	Amortizações	Transferência curto/longo prazo	Amortização juros	Provisão juros	Variação cambial	Saldo em 2021
Capital de giro	1.855	-	200.000	(201.918)	1.641	(5)	160	-	1.733
Moeda Estrangeira	1.045	-	-	(1.018)	-	-	-	(26)	1
BRDE	194	-	-	(187)	194	(38)	31	-	194
Arrendamentos	632	-	-	(581)	516	-	23	-	590
Debentures	-	-	-	-	24.658	-	862	-	25.520
Passivo circulante	3.726	-	200.000	(203.704)	27.009	(43)	1.076	(26)	28.038
Capital de Giro	2.959	-	-	-	(1.641)	-	(93)	-	1.225
BRDE	549	-	-	-	(194)	-	-	-	355
Arrendamentos	985	77	-	-	(516)	-	-	-	546
Debentures	-	200.000	-	-	(24.658)	-	-	-	175.342
Passivo não circulante	4.493	200.077	200.000	-	(27.009)	-	-93	-	177.468
Total geral	8.218	200.077	200.000	(202.842)	-	(43)	983	(26)	205.506

Consolidado								
	Saldos em 2019	Adições	Amortizações	Transferência curto/longo prazo	Amortização juros	Provisão juros	Variação cambial	Saldo em 2020
FCO	2.431	-	(6.182)	3.751	(31)	31	-	-
Capital de Giro	-	11.260	(30.403)	20.928	(1.269)	1.339	-	1.855
Moeda Estrangeira	3.745	-	(5.883)	628	-	651	1.904	1.045
BRDE	194	-	(187)	194	(49)	42	-	194
Arrendamentos	669	-	(634)	435	-	162	-	632
Passivo circulante	7.039	11.260	(43.289)	25.936	(1.349)	2.225	1.904	3.726
FCO	3.752	-	-	(3.751)	-	(1)	-	0
Capital de Giro	-	23.887	-	(20.928)	-	-	-	2.959
Moeda Estrangeira	628	-	-	(628)	-	-	-	0
BRDE	742	-	-	(193)	-	-	-	549
Arrendamentos	1.408	22	(13)	(436)	-	3	-	984
Passivo não circulante	6.530	23.909	(13)	(25.936)	-	2	-	4.492
Total geral	13.569	35.169	(43.302)	-	(1.349)	2.227	1.904	8.218

Cronograma de vencimento dos empréstimos:

	2021	2020
Vencimento em 2022	627	2.353
Vencimento em 2023	24.659	1.700
Vencimento em 2024 em diante	150.684	439
	175.970	4.492

17 Fornecedores e outras obrigações

a. Fornecedores

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores nacionais	31.341	12.968	32.433	13.627
Fornecedores estrangeiros	11.501	4.578	11.501	4.578
Total	42.842	17.546	43.934	18.205

b. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários a pagar	5.306	4.062	5.306	4.062
Encargos sociais a recolher	1.903	1.769	2.025	1.892
Provisões e outras contas trabalhistas	9.303	7.402	10.370	8.246
Total	16.512	13.233	17.701	14.200

c. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS	2.203	1.613	2.203	1.613
IRRF – Assalariados	680	728	707	756
Reinvestimento IRPJ	3.345	3.545	3.545	3.545
Outros Impostos	1.323	234	1.492	513
(-) Provisão de impostos sobre vendas não realizadas (i)	(1.024)	(394)	(1.024)	(394)
Total	6.527	5.726	6.923	6.033

- (i) Refere-se ao PIS, COFINS e ICMS apurados sobre o estorno das vendas para as quais houve emissão de nota fiscal, mas os controles dos produtos não foram transferidos aos clientes

d. Outras obrigações

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Convênio a pagar	86	116	86	116
Comissões a pagar	5.411	5.043	5.412	5.044
Dividendos a pagar	13.370	6.838	13.370	6.838
Provisões e outras contas	4.399	3.495	4.445	3.533
Aquisição imóvel (i)	-	8.849	-	8.849
Passivo não circulante	23.266	24.341	23.313	24.380
Descrição	2021	2020	2021	2020
Indenizações/infrações	1.016	1.016	1.016	1.016
Remuneração baseado em ações - Phantom Shares	7.150	6.228	7.150	6.228
Outras obrigações	99	169	99	169
Passivo circulante	8.265	7.413	8.265	7.413
Total	31.531	31.754	31.578	31.793

- (i) Em 27 de fevereiro de 2018, foi adquirido o imóvel que representa a planta fabril e a matriz da Companhia que era pertencente à CPC 3 Participações Ltda.

O valor de aquisição foi de R\$ 50.000, a ser amortizado em 39 parcelas mensais a partir de 10 de março de 2018, corrigido pelo IPCA (IBGE), conforme confissão de dívida emitida pela Companhia, constituindo hipoteca em quarto grau em favor da CP3 Participações Ltda. até a liquidação total.

18 Provisão para demandas judiciais

A Companhia e a sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas e cíveis, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável.

Composição – Perdas prováveis

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Civil	1	3	1	3
Trabalhista	147	222	460	639
Tributário	5.186	5.546	5.186	5.546
Total	5.334	5.771	5.647	6.188

Movimentação

Controladora

	Saldos em 2020	Adições	Atualizações Monetárias	Reversões	Pagamentos	Saldos em 2021
Civil	3	-	-	-	(2)	1
Trabalhista	222	4	22	-	(101)	147
Tributário	5.546	1	12	(368)	(5)	5.186
Total	5.771	5	34	(368)	(108)	5.334

	Saldos em 2019	Adições	Atualizações Monetárias	Reversões	Pagamentos	Saldos em 2020
Civil	170	90	7	-	(264)	3
Trabalhista	117	166	16	(72)	(5)	222
Tributário	6.493	-	16	(192)	(771)	5.546
Total	6.780	256	39	(264)	(1.040)	5.771

	Saldos em 2020	Adições	Atualizações Monetárias	Reversões	Pagamentos	Saldos em 2021
Civil	3	-	1	-	(3)	1
Trabalhista	639	156	100	(6)	(429)	460
Tributário	5.546	1	12	(368)	(5)	5.186
Total	6.188	157	113	(374)	(437)	5.647

	Saldos em 2019	Adições	Atualizações Monetárias	Reversões	Pagamentos	Saldos em 2020
Civil	170	89	8	-	(264)	3
Trabalhista	489	232	57	(72)	(67)	639
Tributário	6.493	-	16	(192)	(771)	5.546
Total	7.152	321	81	(264)	(1.102)	6.188

Tributárias

A principal causa tributária refere-se, essencialmente, a uma autuação sobre excesso de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), com valor atual de R\$ 3.821 (R\$ 3.821 em 2020), e ao incentivo fiscal do FOMENTAR, considerado subvenção para custeio ao invés de investimento, com valor de R\$ 9.529.

Composição – Perdas possíveis

As provisões classificadas como perda possível e, portanto, não registradas nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Civil	891	5.219	975	5.321
Trabalhista	287	30	323	120
Tributário	7.000	10.739	7.000	10.738
Total	8.178	15.988	8.298	16.179

Principais ações cíveis

Ação civil pública na comarca de Uberlândia /MG, solicitando a modificação das embalagens e etiquetas dos medicamentos de risco.

Bom Jesus da Lapa/BA

Ação civil pública na comarca de Bom Jesus da Lapa/BA, referente a Ato de Improbidade Administrativa.

Ministério Público Federal

Ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) categorizada como cível/ambiental e de responsabilidade financeira do antigo acionista da Isofarma.

A ação discute uma área da sede da planta Isofarma como sendo APP, a procedência da ação poderá trazer reflexos relevantes para a Companhia e suas atividades tais como: determinar a recuperação da área e o cancelamento da licença de operação. O processo atualmente está classificado como possível e está em fase de recurso, com decisão de 1ª instância favorável à Halex Istar.

O processo atualmente está classificado como possível e está em fase de recurso, possui decisão de sentença favorável à Halex Istar.

Trabalhistas

Quanto às ações trabalhistas, o processo mais relevante que tramitava em dezembro de 2019 fora arquivado em maio de 2020.

Tributárias

A principal causa tributária refere-se, essencialmente, a uma autuação sobre excesso de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), com valor atual de R\$ 9.529 esta ação foi alterada de remota para possível em dezembro de 2020 devido a uma sentença desfavorável obtida na Ação Anulatória deste processo.

As demais variações ocorridas em 2021 e 2021 nos processos com probabilidade de perdas possíveis compreendem basicamente as atualizações monetárias.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 156.487 (R\$ 156.087 em 31 de dezembro de 2020), conforme demonstrado abaixo:

2021				
Acionista	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total (R\$)	%
Maria Augusta Reis Perillo	15.412	-	28.647	18,32%
Eva Maria Perillo Cardoso	8.895	-	16.532	10,56%
Carmen Lúcia Reis Perillo de Cássia	8.895	-	16.532	10,56%
Marcelo Reis Perillo	8.895	-	16.532	10,56%
JMDZ Participações Ltda	42.096	-	78.244	50,00%
Total	84.193	-	156.487	100%

2020				
Acionista	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total (R\$)	%
Maria Augusta Reis Perillo	15.421	-	15.421	18,31%
Eva Maria Perillo Cardoso	5.039	-	5.039	5,98%
Carmen Lúcia Reis Perillo de Cássia	5.039	-	5.039	5,98%
Marcelo Reis Perillo	5.039	-	5.039	5,98%
JMDZ Participações Ltda	30.537	-	30.537	36,25%
Cascadura Participações Ltda.	-	23.153	95.012	27,50%
Total	61.075	23.153	156.087	100%

Aumento de capital

Em 28 de outubro de 2020, o acionista Zanone Alves de Carvalho realizou a transferência de suas ações para a empresa JMDZ Participações Ltda.

Em 30 de setembro de 2021 as famílias Carvalho e Perillo realizaram a incorporação da empresa Cascadura na Halex Istar, o que resultou em uma redução no capital de R\$ 69.738.

A Companhia em 30 de setembro de 2021 aumentou seu capital em R\$ 69.378 através da reserva de incentivos fiscais.

Características ações preferenciais

Nos termos do Acordo de Acionistas, as ações preferenciais conferiam a seu titular direito a voto integral e prioridade no reembolso do capital e qualquer outro valor mobiliário de emissão da Companhia conversível em ações preferenciais de emissão da Companhia, conforme características abaixo:

- Direito de voto, em igualdade de condições com as ações ordinárias e quaisquer outras ações preferenciais da Companhia, de modo que cada ação, de qualquer classe ou espécie, tenha direito a um voto.
- Preferência a todas as demais classes ou espécies de ações do capital social da Companhia no que diz respeito à liquidação.
- Direito a receber todos os dividendos declarados pagáveis às ações ordinárias da Companhia, em dinheiro ou não, considerando como se as ações preferenciais fossem convertidas em ações ordinárias.

- Os acionistas detentores de ações preferenciais poderão solicitar a conversão de uma ou mais ações de que forem titulares em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para uma ação ordinária.
- O número de Ações Preferenciais será automaticamente ajustado para refletir integralmente e proporcionalmente quaisquer desdobramentos ou grupamentos acionários ou pagamento de dividendos com bonificação de ações.

b. Reserva de lucros - Incentivos fiscais

A reserva é constituída pelo reconhecimento das subvenções para investimentos quando não compensada de prejuízos para que não haja distribuição desses recursos aos acionistas, é calculada logo após a reserva legal e engloba os valores obtidos através dos programas: (i) FOMENTAR, que é um benefício estadual da planta de Goiás; (ii) FDI, que também é um benefício estadual para a planta do Ceará; e (iii) Lucro da Exploração, que é um benefício federal da planta do Ceará.

	2021	2020
(I) Fomentar	10.535	8.978
(II) FDI	9.838	4.633
(III) Lucro da exploração	9.141	5.855
(=) Reserva de incentivos fiscais do exercício	29.514	19.465
(-) Utilização da reserva (aumento de capital)	(69.738)	-
(+) Incentivos fiscais apurados referentes à períodos anteriores	19.103	-
(=) Total de reserva de incentivos constituída	(21.121)	19.465

c. Dividendos

Os lucros apurados em balanço, em conformidade com o permitido no artigo vigente do estatuto social, poderão ser distribuídos aos sócios na proporção do capital de cada um na sociedade anualmente. No exercício de 2021, o total dos dividendos foi de R\$ 117.288 (R\$ 6.839 em 2020), conforme deliberação dos acionistas. Em 2022 a Companhia distribuirá dividendos referente ao resultado de 2021. O saldo de dividendos a pagar registrado é o seguinte:

	2021	2020
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro	87.258	49.388
(-) 5% Reserva legal	(4.363)	(2.469)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(29.514)	(19.565)
(=) Lucro distribuível em 31 de dezembro	53.381	27.353
Dividendos totais em 31 de dezembro (25%)	13.345	6.838
(-) Dividendos pagos no exercício	(103.918)	(6.838)
(+) Dividendos distribuídos reserva de Lucro	103.918	-
(=) Dividendos a pagar em 31 de dezembro	13.345	-

d. Transações de capital

	2021	2020
Ativos e passivos supervenientes (i)	(14.295)	(14.295)
Incorporação reversa parcial – CP3 (ii)	<u>(81.461)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(95.756)</u>	<u>(14.295)</u>

- (i) Refere-se ao fluxo de pagamentos e recebimentos de ativos supervenientes aos acionistas controladores da Companhia, referente à fatos geradores ocorridos em período anterior à março de 2016, data da entrada do fundo HIG como acionista minoritário da Companhia. Como esses valores são ajustes eram previstos no acordo de acionista, foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como transação de capital, sem afetar o resultado da Companhia.
- (ii) Em 20 de abril de 2021 a CP3, holding patrimonial controlada pelos acionistas controladores da Halex Istar, assinou Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças (“SPA”) para adquirir ações representativas de 100% do capital social da Cascadura Participações S.A. (controlada pelo HIG), até então detentora de 27,5% das ações da Halex Istar.
- No ato da aquisição da participação dos acionistas minoritários (HIG – via veículo Cascadura) pelos acionistas controladores da Halex Istar (via veículo CP3), apurou-se um ágio de R\$ 123.425 pela diferença entre o valor pago ao HIG e o valor contábil equivalente aos 27,5% das ações da Halex Istar.
- Considerando que essa transação foi uma aquisição de participação adicional sem alterar a posição de controle dos acionistas da Halex Istar, o valor apurado como ágio foi integralmente reconhecido como uma transação de capital, diretamente no patrimônio líquido da CP3, que subsequentemente à transação de compra das ações foi incorporada parcialmente pela própria Halex Istar (incorporação reversa), sendo deduzido do valor do ágio o benefício tributário apurado sobre a transação, conforme demonstrado abaixo:

	2021
Ágio apurado na aquisição de participações de minoritários	(123.425)
(-) Benefício tributário de IR/CS sobre ágio (34%)	<u>41.964</u>
Transação de capital reconhecida no patrimônio	<u>(81.461)</u>

20 Programa de remuneração baseado em ações

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2018, foi aprovado o programa de incentivo de longo prazo, que estabelece os termos e condições para o pagamento de um prêmio em dinheiro, referenciado ao valor da ação da Companhia na ocorrência, a determinados administradores e empregados (“beneficiário”) da Companhia e de outras sociedades sob o seu controle. O programa baseia-se na concessão de uma premiação financeira, fundamentada na valorização futura da Companhia no longo prazo.

Programa	Data da outorga	Direito ao exercício	Opções outorgadas
2018	24/01/2018	22/09/2021	2.231.104

Em janeiro de 2018, foram outorgadas 2.231.104 *Phantom Shares*, das quais 1.748.153 (1.602.366 em 2019) já com o período de carência atendido em 2020. As demais permanecem condicionadas ao período de carência (*vesting*) variável de acordo com o acordado com cada beneficiário, sendo os períodos superiores a três anos. Essas ações foram totalmente investidas, mais ainda não foram totalmente adquiridas.

Conforme os termos do programa, o beneficiário terá o direito de receber uma determinada quantidade de *Phantom Shares*: (i) condicionada a manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia; e (ii) pela ocorrência de um evento de liquidez em até 20 anos após a outorga.

As *Phantom Shares* não conferem ao beneficiário a condição de acionista da Companhia nem direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto, direito a dividendos e outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao beneficiário em razão das *Phantom Shares* ora outorgadas.

Decorrido o período de *vesting* e verificado o cumprimento da condição de serviço, na ocorrência de um evento de liquidez (alteração no controle acionário da Companhia ou processo de oferta pública inicial pela Companhia) o beneficiário fará jus à premiação em dinheiro obedecendo o fluxo de caixa do evento de liquidez.

Política contábil

Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os executivos da Companhia podem receber uma premiação baseada em *Phantom Shares* liquidáveis em dinheiro. O reconhecimento contábil segue o período de carência e a melhor estimativa do valor esperado de liquidação, até a efetiva liquidação, afetando o resultado da Companhia e o passivo decorrente.

O reconhecimento inicial do benefício foi calculado através da metodologia de precificação Black-Scholes, fazendo uso de informações de mercado de competidores comparáveis, índices de mercado projetados dentro da janela estimada de ocorrência do evento de liquidez, sendo reconhecidos seus efeitos a partir das outorgas.

A volatilidade é efetuada através da análise de 11 multinacionais do mesmo segmento com ações negociadas em bolsa de valores em diferentes locais do mundo, através da variação mensal de suas ações nas respectivas bolsas de valores nos últimos 5 anos.

Em 31 de dezembro de 2020, 2021, o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada e prazo de maturidade estão descritas abaixo:

2021										
Outorgas							Premissas do valor justo			
Quantidade										
Programa	Data	Qtde. de opções	Opções canceladas	Opções vestidas	Opções a vestir	Preço de exercício	Valor justo das opções	Volatilidade	Tx. juros livre de risco	Prazo de maturidade
2018	24/01/2018	2.820.452	(926.118)	1.748.476	145.858	R\$ 5,035	R\$ 5,300	30,32%	7,73%	Até 4 ano

2020										
Outorgas							Premissas do valor justo			
Programa	Data	Quantidade				Preço de exercício	Valor justo das opções	Volatilidade	Tx. juros livre de risco	Prazo de maturidade
		Qtde. de opções	Opções canceladas	Opções vestidas	Opções a vestir					
2018	24/01/2018	2.820.452	(926.118)	1.602.366	291.968	R\$ 4,713	R\$ 4,278	21,84%	7,73%	Até 4 ano

(i) As opções canceladas referem-se a saída de três beneficiários do programa de remuneração baseado em ações.

A Companhia efetuará a liquidação desse plano de benefícios aos executivos, quando do exercício das opções. As variações de quantidades de opções e seus correspondentes preços médios do exercício estão apresentados a seguir:

Em 2021 foi registrado como outras obrigações o montante de R\$ 7.150 (R\$ 6.227 em 2020) correspondente às opções com prazo de carência cumprido.

Em 2021 foi registrado no resultado do exercício o montante de (R\$ 4.235) na rubrica de despesas administrativas e gerais.

	Preço médio por opção de ação (em R\$)	Qtde. de opções
Posição em 31/12/2019	3,894	1.894.334
Opções outorgadas	-	-
Opções exercidas	-	-
Opções canceladas (i)	-	-
Ganho/perda de valor	0,819	-
Posição em 31/12/2020	4,713	1.894.334
Opções outorgadas	-	-
Opções exercidas	5,300	520.942
Opções canceladas (i)	-	-
Ganho/perda de valor	0,587	-
Posição em 31/12/2021	5,300	1.373.392

21 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações financeiras com base na receita reconhecida e nos custos e nas despesas incorridos pelo regime de competência.

a. Imposto de renda e contribuição social corrente

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes dos impostos	70.449	52.393	71.661	53.285
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(25.680)	(17.814)	(26.092)	(18.177)
Participação de PLR administradores e dirigentes	(577)	(229)	(577)	(229)
Perda efetiva dos estoques	(168)	(1.345)	(168)	(1.345)
Doações e brindes	(932)	(546)	(932)	(545)
Subvenção FDI/Fomentar	6.926	4.628	6.926	4.628
Inovação Tecnológica - Lei 11.196/2005	2.048	2.390	2.048	2.390
Equivalência patrimonial	3.992	2.307	-	2.307
Lucro de exploração	9.141	5.854	9.141	5.854
Lucro de exploração extemporâneo	18.802	-	18.802	-
Impactos da taxa Lucro Presumido	-	-	1.212	892
Outras	3.257	1.750	5.237	268
IRPJ e CSLL	16.809	(3.005)	15.597	(3.897)
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.373	(4.849)	5.161	(5.741)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.436	1.844	10.436	1.844
Alíquota efetiva	20%	(6%)	18%	(7%)

b. Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de impostos de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			Consolidado		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:	Saldo em 31/12/2020	Resultado/ Patrimônio líquido	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Resultado/ Patrimônio líquido	Saldo em 31/12/2021
Provisão para perda de estoque	1.794	47	1.841	1.794	47	1.841
Provisão para contingências passivas	663	(149)	514	663	(149)	514
Provisão para perdas imobilizado	2.444	(43)	2.401	2.444	(43)	2.401
Provisão para perdas intangível	3.081	-	3.081	3.081	-	3.081
Provisão para perda de crédito esperada	91	190	281	91	190	281
Provisão para PLR	487	277	764	487	277	764
Provisão para comissionamento	2.983	775	3.758	2.983	775	3.758
Receitas diferidas Art. 480 do decreto 9.580/2018	(1.183)	(322)	(1.505)	(1.183)	(322)	(1.505)
Plano de incentivo	2.117	(316)	1.801	2.117	(317)	1.801
Provisão para encargos sobre bônus	84	52	136	84	52	136
Ajuste depreciação da vida útil	(12.866)	(1.187)	(14.053)	(12.866)	(1.187)	(14.053)
Amortização de ágio	(4.589)	27	(4.562)	(4.589)	27	(4.562)
Agio Incorporação CP3 (i)	-	41.965	41.965	-	41.965	41.965
Recuperação de imposto	-	9.599	9.599	-	9.599	9.599
Outras diferenças temporárias	934	1.484	2.418	934	853	1.787
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	(3.960)	52.938	48.439	(3.960)	52.398	48.438

	Controladora			Consolidado		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:	Saldo em 2019	Resultado	Saldo em 2020	Saldo em 2019	Resultado	Saldo em 2020
Provisão para perda de estoque	1.008	786	1.794	1.008	786	1.794
Provisão para contingências passivas	1.006	(343)	663	1.006	(343)	663
Provisão para perdas imobilizado	2.109	335	2.444	2.109	335	2.444
Provisão para perdas intangível	2.671	410	3.081	2.671	410	3.081
Provisão para perda de crédito esperada	147	(56)	91	147	(56)	91
Provisão para PLR	229	258	487	229	258	487
Provisão para comissionamento	2.960	23	2.983	2.960	23	2.983
Receitas diferidas Art. 480 do decreto 9.580/2018	(2.089)	906	(1.183)	(2.089)	906	(1.183)
Plano de incentivo	2.197	(80)	2.117	2.197	(80)	2.117
Provisão para encargos sobre bônus	46	38	84	46	38	84
Ajuste depreciação da vida útil	(11.945)	(921)	(12.866)	(11.945)	(921)	(12.866)
Amortização de ágio	(5.528)	939	(4.589)	(5.528)	939	(4.589)
Outras diferenças temporárias	1.385	(452)	933	1.385	(452)	933
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	(5.804)	1.844	(3.960)	(5.804)	1.844	(3.960)

- (i) A Companhia reconheceu o benefício tributário sobre a incorporação reversa parcial da CP3, conforme opinião legal obtida que atestou ser provável que as autoridades fiscais em última instância aceitem a posição tributária de amortização do ágio para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social.

22 Receita líquida de vendas

A Companhia utiliza a estrutura conceitual da norma para reconhecimento de receita, que se baseia no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho em contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista em contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho for satisfeita.

A receita é reconhecida quando não há obrigação de desempenho a ser cumprida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido para o cliente, ou seja, para as vendas *Free on Board* (FOB), a receita é reconhecida quando o cliente, por conta própria realiza a coleta do produto nas unidades da Companhia; e, para vendas de custo, seguro e frete (CIF), a receita é reconhecida somente após os produtos serem entregues no local estabelecido pelo cliente, que tem a capacidade de determinar a maneira como serão usados e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções e bonificação.

A Companhia e sua controlada geram receita principalmente com a venda dos seguintes produtos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita com produtos próprios	412.999	312.507	447.549	336.665
Receita com mercadorias	-	3	-	3
(-) Bonificação (ii)	(5.317)	(3.248)	(5.317)	(3.248)
(-) Impostos incidentes sobre vendas (i)	(51.963)	(41.102)	(53.395)	(42.031)
(-) Devoluções e abatimentos	(4.765)	(6.191)	(5.623)	(6.474)
Total	350.954	261.969	383.214	284.915

Abertura da receita bruta por canal vide quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Distribuidor	261.087	177.380	287.630	191.301
Hospital Particular	100.814	70.055	105.284	76.960
Hospital Público	51.098	65.075	54.635	68.407
Total	412.999	312.510	447.549	336.668

- (i) Impostos incidentes sobre vendas consistem, principalmente, em ICMS (alíquotas de 7% a 17%), impostos municipais sobre serviços (alíquotas de 2% a 5%), contribuições relacionadas ao PIS (alíquotas de 0,65% ou 1,65%) e à COFINS (alíquota de 3% ou 7,6%). Ainda, de acordo com a Lei nº 10.147/2000, na industrialização ou na importação de produtos farmacêuticos as alíquotas aplicadas serão de 2,10% para o PIS e 9,90% para a COFINS.
- (ii) A Companhia possui apenas bonificação comercial, a qual é efetuada através de análise financeira individual de cada venda pela administração da Companhia.
- (iii) A Companhia efetua abatimentos para as vendas efetuadas para clientes localizados na Zona Franca de Manaus, que possuem benefício fiscal de isenção de ICMS.

23 Despesas por natureza

a. Custos dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Mãos de obra direta e indireta	(52.180)	(54.357)	(55.340)	(58.199)
Insumos	(108.374)	(47.074)	(114.936)	(50.408)
Gastos gerais de fabricação	(40.138)	(30.025)	(42.569)	(32.151)
Frete sobre venda	(16.526)	(11.535)	(17.062)	(11.949)
Outros custos	(4.125)	(5.813)	(4.130)	(5.813)
Total	(221.343)	(148.804)	(234.037)	(158.520)

b. Despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Comissões de vendas	(16.619)	(11.425)	(17.991)	(12.427)
Despesa com pessoal	(10.515)	(8.740)	(10.515)	(8.740)
Despesa com depreciação	(486)	-	(486)	-
Outras despesas	(2.083)	(2.441)	(3.937)	(2.994)
Total	(29.703)	(22.606)	(32.929)	(24.161)

c. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Serviços de terceiros	(10.622)	(7.525)	(11.161)	(8.067)
Remuneração a dirigentes	(4.787)	(2.992)	(4.787)	(2.992)
<i>Phantom Shares</i>	(4.235)	234	(4.235)	234
Despesas com pessoal	(20.786)	(21.434)	(22.526)	(23.484)
Despesas com impostos, taxas e contribuições	(3.227)	(2.697)	(3.335)	(2.782)
Depreciação e amortização	(7.219)	(12.715)	(7.726)	(13.137)
Demais despesas	(7.961)	(9.336)	(8.483)	(10.291)
Total	(58.837)	(56.465)	(62.253)	(60.519)

d. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas operacional				
Impairment	-	(1.114)	-	(1.114)
Custas judiciais	(200)	(62)	(200)	(62)
Outros	(69)	(1.326)	(69)	(1.415)
Total de despesa operacional	(269)	(2.502)	(269)	(2.591)
Receitas operacional				
Recuperação de des. e tributos (PIS, COFINS, e credito outorgado (i))	453	648	486	650
Recuperação de sinistro	-	164	-	164
Resultado de alienação de ativos	110	(51)	110	(51)
Subvenção governamental (FOMENTAR/FDI) (ii)	19.964	13.710	19.694	13.711
Outros	1.482	686	1.737	733
Total de receitas operacional	22.009	15.157	22.027	15.207
Resultado operacional líquido	21.740	12.655	21.758	12.616

- (i) Refere-se à recuperação de pequenas despesas e, em especial, a créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS e de créditos outorgados à alíquota de 2%, concedidos pelo Governo do Estado de Goiás para as operações nas vendas interestaduais a contribuintes do ICMS.
- (ii) A Companhia é beneficiária do programa FOMENTAR na Matriz e FDI na filial Nordeste, conforme Nota Explicativa nº 19

24 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Variações cambiais ativas	2.068	857	2.211	950
Rendimento de aplicações	1.675	3.843	2.122	4.243
Juros ativos	208	241	172	275
Outros	1.472	552	1.495	570
Total de receitas financeiras	5.423	5.493	6.000	6.038
Despesas financeiras				
Variações cambiais passivas	(527)	(3.022)	(679)	(3.226)
Juros sobre empréstimos	(4.796)	(2.696)	(4.795)	(2.696)
Taxa e emolumentos subvenções governamentais	(196)	(175)	(196)	(175)
Despesas bancárias	(216)	(213)	(631)	(289)
Ajuste ao valor presente	-	-	-	(110)
Outros	(3.801)	(750)	(3.751)	(820)
Total de despesas financeiras	(9.536)	(6.856)	(10.052)	(7.316)
Resultado financeiro líquido	(4.113)	(1.363)	(4.052)	(1.278)

25 Lucro básico e diluído por ação

Básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada da quantidade de ações em circulação do exercício. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a média ponderada da quantidade de ações era igual à quantidade total de ações ordinárias e preferenciais.

O lucro básico e o diluído são idênticos, pois a Companhia não possui ações potenciais em emissão.

	Consolidado	
	2021	2020
Lucro líquido do exercício - (a)	88.190	49.387
Número de ações ordinárias (milhares de ações) - (b)	84.193	61.040
Número de ações preferenciais (milhares de ações) - (b)	-	23.153
Total de ações - total soma (b)	84.193	84.193
Lucro básico e diluído por ação = (a) / total soma (b)	1,0858	0,5864

26 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a. Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

b. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada são substancialmente os mesmos e, portanto, a Companhia está apresentando unicamente as informações consolidadas.

Fatores de risco financeiro

Em função de suas atividades, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros para proteger certas exposições a risco.

A gestão de riscos financeiros é feita pela Administração e monitorada por meio de relatórios gerenciais apresentados mensalmente em reunião do Conselho.

Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Risco cambial

A Companhia e sua controlada estão expostos ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações comerciais da Companhia e sua controlada, principalmente em Reais, mas também em US\$ e €.

Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial da Companhia e sua controlada, conforme reportado pela Administração está apresentado abaixo:

	Controladora 2021			Consolidado 2021		
	US\$ mil	€ mil	Reais	US\$ mil	€ mil	Reais
Fornecedores	120	1.724	11.502	120	1.724	11.502
Exposição líquida	120	1.724	11.502	120	1.724	11.502

	Controladora 2020			Consolidado 2020		
	US\$ mil	€ mil	Reais	US\$ mil	€ mil	Reais
Fornecedores	150	595	4.577	150	595	4.577
Empréstimos e financiamentos	199	-	1.039	199	-	1.039
Exposição líquida	349	595	5.616	349	595	5.616

Análise de sensibilidade ao risco cambial

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do US\$ e € contra o Real em 31 de dezembro, teria afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

Para fins de análise de sensibilidade, partimos da base realizada, onde o dólar de fechamento foi de R\$ 5,5805 (R\$ 5,1967 em 2020) e consideramos dois cenários de aumento e redução, um de 25% e outro de 50%.

	Consolidado 2021				
	Exposição em R\$	Cenário I 25%	Cenário II 50%	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Operação					
Fornecedores	11.502	2.954	5.845	(2.954)	(5.845)
Efeito no resultado	214.845	2.954	5.845	(2.954)	(5.845)

	Consolidado 2020				
	Exposição em R\$	Cenário I 25%	Cenário II 50%	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Operação					
Fornecedores	4.577	1.145	2.289	(1.145)	(2.289)
Empréstimos e financiamentos	1.039	1.298	1.558	(1.298)	(1.558)
Efeito no resultado	5.616	2.443	3.847	(2.443)	(3.847)

Risco de taxa de juros

A Companhia e sua controlada possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinados à taxa de juros vinculada a indexadores, como a TJLP e o CDI, bem como saldo de impostos e tributos a pagar, com juros às taxas Selic e TJLP. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que possam impactar seus fluxos de caixa. O maior volume de passivo financeiro é decorrente de empréstimo para investimentos na atualização do Parque Fabril (adequação da NR 45/2008-ANVISA) através do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO).

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia e sua controlada realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração mensurou utilizando-se taxas de juros divulgados BM&F BOVESPA e/ou BACEN, considerando uma taxa base de CDI de 9,15% a.a. (1,90% a.a. em 2020). Os cenários I e II foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário realizado.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados

Consolidado 2021					
	Exposição em R\$	Cenário I 25%	Cenário II 50%	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Operação					
Aplicações financeiras	48.042	5.495	6.594	(5.495)	(6.594)
Empréstimos e financiamentos	204.644	786	943	(786)	(943)
Efeito no resultado	252.686	6.281	7.537	(6.281)	(7.537)

Consolidado 2020					
	Exposição em R\$	Cenário I 25%	Cenário II 50%	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Operação					
Aplicações financeiras	141.856	4.878	5.853	(4.878)	(5.853)
Empréstimos e financiamentos	8.218	2.054	4.109	(2.054)	(4.109)
Efeito no resultado	150.074	6.932	9.962	(6.932)	(9.962)

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber e financiamentos a curto e longo prazos. No caso de contas a receber, a Companhia trabalha com um índice histórico de atrasos e um departamento ativo de cobrança própria e terceirizada.

Em 31 de dezembro de 2020, 2021, a exposição máxima ao risco de crédito era a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	40.416	123.883	49.645	142.772
Contas a receber	81.414	52.074	85.362	55.651
Outros créditos	15.734	13.715	17.316	14.588
Total	137.564	189.672	152.323	213.011

Contas a receber

A gestão do risco de crédito tem como objetivo identificar, controlar e mensurar exposições de riscos, garantindo melhores oportunidades de negócios, aumentando o retorno financeiro para os acionistas.

As práticas utilizadas no gerenciamento do risco, seguem as diretrizes definidas na Política de Crédito e Cobrança da Companhia, que avalia a tradição do cliente em operações passadas, análise econômico-financeira, tempo de mercado, demonstrações contábeis, índices de liquidez, Serasa, Credinfar e parecer comercial.

As ações de cobranças assumem papel fundamental no processo, pois seguem a régua de cobrança definida para cada canal de vendas (Órgãos Públicos, Distribuidores e Hospital Privado), sendo, informativa (internamente), cobrança terceirizada (amigável) e jurídica (internamente). As perdas de créditos esperados, são mensuradas pela política de provisão, que adota uma combinação de regras do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e de prazos máximos de inadimplência segmentados em: Órgãos Públicos, Distribuidores e clientes privados.

Em 31 de dezembro de 2020, 2021, a exposição máxima ao risco de crédito para ‘Contas a receber’ por região geográfica era:

	Valor contábil consolidado	
	2021	2020
Sul	12.594	7.987
Sudeste	34.967	23.732
Centro-Oeste	16.800	10.293
Nordeste	14.493	10.043
Norte	5.775	3.923
Exportação	733	19
Total	85.362	55.997

Em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil do cliente mais relevante da Companhia é de R\$ 5.670 (um distribuidor da região sudeste) (R\$ 3.290 em 2020).

Um resumo da exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber de clientes é apresentado abaixo:

	2021		2020	
	Sem problemas de recuperação	Com problemas de recuperação	Sem problemas de recuperação	Com problemas de recuperação
Ratings de crédito externos pelo menos A de Credinfar	47.090	-	24.899	-
Outros Clientes:	-	-	-	-
- Quatro anos ou mais de histórico de negociação com o Grupo*	22.518	-	16.925	-
- Menos de quatro anos de histórico de negociação com o Grupo*	3.532	-	12.352	-
- Alto risco	23.103	-	16.276	-
Valor contábil bruto	96.243	-	70.452	-
Provisão para perda	(10.881)	-	(10.961)	-
*Excluindo os de alto risco	85.362	-	59.491	-

Avaliação da perda esperada de crédito para clientes corporativos

A Companhia aloca uma pontuação de risco de crédito para cada exposição com base em dados que ele considera serem capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras) e na avaliação de crédito com base na sua experiência. As pontuações de risco de crédito são definidas utilizando fatores qualitativos e quantitativos indicativos do risco de inadimplemento, sendo consistentes com as definições de classificação de crédito externas de agências como Serasa e Credinfar.

As exposições em cada pontuação de risco de crédito foram segmentadas tipo de cliente. Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada segmento com base na condição de inadimplemento e na experiência real de perda de crédito.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

31 de dezembro de 2021	Equivalente ao rating de crédito externo [Credinfar]	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Com problemas de recuperação
Níveis 1 – 2: risco baixo	A1 para A	0,00%	76.751	(2)	Não
Nível 3: risco razoável	B	0,02%	7.292	(2)	Não
Nível 4: duvidoso	C	0,00%	1.505	-	Não
Nível 5: perda	D	100,00%	10.696	(10.877)	Sim
			96.244	(10.881)	
31 de dezembro de 2020	Equivalente ao rating de crédito externo [Credinfar]	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Com problemas de recuperação
Níveis 1 – 2: risco baixo	A1 para A	0,01%	49.767	(4)	Não
Nível 3: risco razoável	B	0,04%	4.098	(2)	Não
Nível 4: duvidoso	C	0,53%	262	(1)	Não
Nível 5: perda	D	85,4%	12.831	(10.954)	Sim
			66.958	(10.961)	

A Companhia possui política interna que restringe a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, com limites entre instituições financeiras, ratings e critérios de liquidez.

A tabela abaixo demonstra o Rating dos valores aplicados (Nota Explicativa nº8) conforme a agência Fitch Ratings.

	Controladora		Consolidado	
Rating	2021	2020	2021	2020
AAA+	-	-	-	-
AAA	19.320	7.011	24.581	14.516
BB	-	17.345	-	27.102
BB-	12.620	15.703	15.375	17.234
BBB	-	10.696	-	10.696
Sem Rating	8.087	72.347	8.086	72.348
	40.027	123.102	48.042	141.896

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e sua controlada pode encontrar em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada monitoram o nível esperado de entradas de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes e outros recebíveis’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à ‘Fornecedores e outras contas a pagar’.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da informação contábil.

	Consolidado 2021			Total com
	Até 1 ano	Até 5 anos	Total contábil	fluxo contratual
Fornecedores	43.934	-	43.934	43.934
Empréstimos e financiamentos	28.038	177.468	205.505	205.506
Outras obrigações	23.313	8.265	31.578	31.578
Total	95.285	185.733	281.018	281.018

	Consolidado – 2020			Total com
	Até 1 ano	Até 5 anos	Total contábil	fluxo contratual
Fornecedores	18.205	-	18.205	18.205
Empréstimos e financiamentos	3.726	4.492	8.218	7.864
Outras obrigações	24.380	7.413	31.793	31.793
Total	46.311	11.905	58.216	57.862

Gestão do capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital financiado. Caso a opção por capital próprio seja feita, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas. O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que são definidos como endividamento líquido dividido pela soma EBITDA ajustado dos últimos 12 meses, e endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos (inclui passivo de arrendamento) e caixa e equivalentes de caixa.

A estrutura do capital é formada pelo endividamento líquido, definido como o total de empréstimos e financiamentos (incluindo o passivo de arrendamento), líquido de caixa e equivalentes de caixa, e pelo capital que é definido como o patrimônio líquido total dos acionistas e endividamento líquido, todos com base nos dados considerados.

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. O capital total é definido como o total do patrimônio líquido somado à dívida líquida como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Total dos empréstimos e financiamentos	205.506	14.449
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(49.644)	(142.772)
Caixa líquido	155.862	(128.323)
Total do patrimônio líquido	282.005	451.041

27 Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e dos passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Consolidado 31/12/2021							
			Valor justo				
Instrumentos financeiros (ativo)	Valor justo	Valor contábil	Classificação	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	40.416	40.416	Custo amortizado	-	40.416	-	40.416
Contas a receber	85.362	85.362	Custo amortizado	-	85.362	-	85.362
Total	125.778	125.778		-	125.778	-	125.778

Consolidado 31/12/2021							
			Valor justo				
Instrumentos financeiros (passivo)	Valor justo	Valor contábil	Classificação	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fornecedores	43.934	43.934	Custo amortizado	-	43.934	-	43.934
Empréstimos e financiamentos	205.506	205.506	Custo amortizado	-	205.506	-	205.506
Outras obrigações	31.578	31.578	Custo amortizado	-	31.578	-	31.578
Total	281.018	281.018		-	281.018	-	281.018

Consolidado 31/12/2020							
			Valor justo				
Instrumentos financeiros (ativo)	Valor justo	Valor contábil	Classificação	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	142.772	142.772	Custo amortizado	-	142.772	-	142.772
Contas a receber	55.790	55.790	Custo amortizado	-	55.790	-	55.790
Total	198.562	198.562		-	198.562	-	198.562

Consolidado 31/12/2020							
Instrumentos financeiros (passivo)	Valor justo						
	Valor justo	Valor contábil	Classificação	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fornecedores	18.205	18.205	Custo amortizado	-	18.205	-	18.205
Empréstimos e financiamentos	6.157	8.218	Custo amortizado	-	6.157	-	6.157
Outras obrigações	31.793	31.793	Custo amortizado	-	31.793	-	31.793
Total	56.155	58.216		-	56.155	-	56.155

28 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 64.867 para danos materiais, R\$ 120.000 para riscos operacionais e R\$ 5.000 para responsabilidade civil.

29 Informações por segmento

A Companhia possui apenas um segmento de negócio (hospital), subdivididos em Medicamentos, Solução Parental e Produto para Saúde. O seguinte resumo descreve as operações em cada uma das divisões reportáveis da Companhia:

Divisões	Operações
Medicamento	São produtos que possuem matéria prima ativa (IVA), exemplos: Antibióticos, Antifúngicos, antivirais, etc.
Solução Parental	São soluções básicas como: eletrolíticos, reposição calórica, hipovolemia, etc.
Produto para Saúde	Produto para saúde são como equipamentos, aparelho, material, artigo ou sistema de uso ou aplicação médica.

A política contábil de reconhecimento de receita está descrita na Nota Explicativa no 22

Nenhum cliente individualmente ou em conjunto foi responsável por mais de 10% da receita líquida da Companhia. Todos os ativos estão localizados nos Estados de Goiás, Ceará e Rio Grande do Sul.

O seguinte resumo descreve as operações de cada divisão:

Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021.

	Controladora		Consolidado	
	Hospitalar		Hospitalar	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas	350.954	261.969	383.214	284.915
Medicamento	129.106	135.668	129.106	135.669
Solução Parenteral	220.558	124.954	220.568	124.954
Produto para Saúde	1.290	1.347	33.540	24.292
Custo dos produtos vendidos	(221.343)	(148.804)	(234.037)	(158.521)
Medicamento	(37.526)	(37.987)	(37.535)	(37.894)
Solução Parenteral	(182.161)	(109.534)	(182.161)	(109.262)
Produto para Saúde	(1.656)	(1.283)	(14.341)	(11.365)
(=) Lucro bruto	129.611	113.165	149.177	126.394
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas comerciais	(29.703)	(22.606)	(32.929)	(24.161)
Provisão para perdas de crédito esperadas	8	221	(40)	232
Despesas administrativas e gerais	(58.837)	(56.465)	(62.253)	(60.519)
Outras receitas (despesas) operacionais	21.740	12.655	21.758	12.617
Resultado de equivalência patrimonial	11.743	6.786	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	74.562	53.756	75.713	54.563
Resultado financeiro líquido	(4.113)	(1.363)	(4.052)	(1.278)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	70.449	52.393	71.661	53.285
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.373	(4.849)	5.161	(5.741)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.436	1.844	10.436	1.844
Resultado do período	87.258	49.388	87.258	49.388

Paulo Dante Júnior
Presidente

Tiago Salinas
Diretor financeiro

Talita Leticia Barros
Controller
CRC-GO 022961/O